

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS – ENCE
MESTRADO EM ESTUDOS POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS

ARTUR DE FREITAS PIRES NETO

**TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO NORTE FLUMINENSE:
DA CANA-DE-AÇÚCAR AOS HIDROCARBONETOS**

Dissertação de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, área de concentração em Produção e Análise da Informação Geográfica apresentada à Coordenação de Mestrado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, sob a orientação do Prof. Dr. César Ajara

Rio de Janeiro

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FICHA CATALOGRÁFICA

Pires Neto, Artur de Freitas

Transformações sócio-espaciais no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos hidrocarbonetos. Artur de Freitas Pires Neto. - Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2005.

116 f.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Ajara.

Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais)
Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2005.

ARTUR DE FREITAS PIRES NETO

**TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO NORTE FLUMINENSE: DA CANA-
-DE-AÇÚCAR AOS HIDROCARBONETOS**

RESULTADO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Ajara – Orientador
ENCE – Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Prof. Dr. Adma Hamam de Figueiredo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Prof. Dr. Glaucio José Marafon
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2005

Dedico este trabalho aos meus pais,
in memoriam, Norivaldo e Zulmira.
Aos meus filhos, Daniel e Patrícia,
como estímulo para suas
futuras realizações.

AGRADECIMENTOS

O 'ouro branco' e o 'ouro negro' fazem parte do tema deste trabalho. Todos sabemos que o petróleo tem sido a grande matriz energética que move, contemporaneamente, as nações e o seu crescimento. Sem energia não há trabalho, não há produção, não há desenvolvimento, não há riqueza. Todavia, a impulsionar esta energia está o ser humano, e sua matriz de energia é a afetividade. A mesma que me permitiu sobrepor os obstáculos, às vezes angustiantes desta, nada trivial, tarefa. Agradeço a todos os meus amigos que me alimentaram com esta fonte, à qual, não podemos atribuir cor e nem medida, apenas sentir-lhe a riqueza intangível, a grande força que a todos nós move, sem a qual não é possível produzir. Sem esta força, não há açúcar, não há petróleo, nem dissertação.

Ao IBGE, que me proporcionou esta oportunidade;

À ENCE, que me acolheu, apoiou e conduziu nesta empreitada;

Ao Professor Dr. Cesar Ajara, que me orientou neste trabalho.

Quero representar pelos nomes de Ricardo Barbosa, Nadia Coelho, Andréa Lírio, Maria Tereza Carnevale, Marcus Loyola, Fausto Henrique e Graciosa Rainha o apoio que recebi dos amigos na COADS.

Na ENCE, onde encontrei em todos, professores e colegas, um convívio sempre memorável, que represento pelos nomes de Luis Henrique Castiglione, Fátima Lobo, Rita Maria, Luiz Carlos Menezes e Humberto Correa.

Aos meus familiares que me acompanharam e incentivaram com o carinho e a compreensão de sempre, mesmo com as minhas constantes e necessárias ausências.

Aos amigos Antonio José Correa e Anna Maria Pinheiro Correa, Elizabeth Gentil, Maria Lúcia Mazon, Antonio Luiz de Sanfim, e Celina Maria Braga.

À Gilza Peixoto Lessa pelo compartilhamento, sempre constante, desde o início deste trabalho.

À Lúcia Velloso pelo interesse e carinho especial com que me acompanhou na reta final.

A todos agradeço o apoio, o incentivo e as muito mais do que 'mãozinhas', que recebo, do mesmo modo que o povo árabe ao se referenciar às riquezas petrolíferas em seu subsolo, como "um suave empréstimo de Alah".

RESUMO

Esta dissertação aborda a dinâmica sócio-espacial em curso no Norte Fluminense tendo por base a análise do papel exercido pela atividade canavieira e pela exploração petrolífera enquanto vetores de (re) estruturação desse espaço regional. Enfatiza a análise das transformações advindas do declínio da atividade canavieira e da descoberta do petróleo em sua bacia continental, que passa a figurar como principal vetor econômico regional, inaugurando um novo ciclo de desenvolvimento.

Utilizando-se de dados estatísticos do IBGE e de outras fontes de informação, o estudo focaliza as transformações sócio-espaciais e demográficas recentes na região, expressas tanto na mudança do centro de gravidade demográfico, quanto no perfil sócio-econômico da população. Para tanto, são analisados indicadores relacionados à dinâmica populacional, à infra-estrutura-social, ao mercado de trabalho e à geração de riquezas, além do movimento emancipacionista, que originou a criação de novos municípios em função dos recursos advindos dos *royalties* do petróleo. A análise concentra-se nos principais pólos de atração de mão-de-obra e de investimentos da região, os municípios de Campos dos Goytacazes e de Macaé, no período de 1991 a 2000.

Os resultados encontrados evidenciam o impacto tanto da instalação da base de operações da Petrobras em Macaé, quanto do pagamento das indenizações governamentais, os *royalties*, na elevação da capacidade de alavancagem dos municípios em suas respectivas dinâmicas de desenvolvimento local. Ressalta-se,

contudo, que a internalização desses benefícios não parece estar atuando, com a mesma intensidade, na redução dos níveis de exclusão social existentes na região. Fica também evidente a pequena expressão dos investimentos voltados à diversificação do tecido produtivo regional em base auto-sustentada.

ABSTRACT

The present work describes the current socio spatial dynamics in Northern Rio de Janeiro State. It is based on the analysis of the roles played by the sugar cane activity and oil exploitation as (re) structuring vectors of that area. It emphasizes the analysis of the transformations caused by the sugar cane decay, as well as the discovery of oil in its continental basin, which becomes the main economical vector of the region. Such facts start a new development cycle.

Supported by Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE - statistical data and other information sources, the present study focuses on recent demographic and socio spatial changes in the region evidenced not only in its demographic center but also in its population's socio economical profile. Accordingly, some indicators are analysed. They are related to population dynamics, social infra-structure, labor market, and wealth generation. It also describes the emancipation movement which caused new city councils to be created due to oil royalties. The analysis focuses on the two main poles attracting labor and investments to the region, Campos de Goytacazes and Macaé councils from 1991 until 2000.

The results found highlight not only the impact of both the operations base installation of Petrobras in Macaé, and the government indemnification payment, the royalties. Those factors improved the councils capacity of development in their respective local dynamics. Nevertheless, all that benefit does not seem to contribute as intensively for the reduction of social exclusion in the region. There is also evidence that little investment is used for the diversity of the sustainable regional production.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 - O ouro branco e a estruturação inicial do Norte Fluminense	17
1.1 O processo de ocupação.....	17
1.2 A consolidação do complexo sucro-alcooleiro.....	23
Capítulo 2 - O ouro negro e a (re)estruturação recente do Norte Fluminense	37
2.1 A exploração petrolífera como vetor de crescimento econômico.....	37
2.2 Os espaços ganhadores na nova dinâmica regional.....	46
Capítulo 3 - Um foco nos municípios de Campos dos Goytacazes e de Macaé.....	65
3.1 As transformações no perfil socioeconômico.....	66
3.2 Os desafios à gestão do território.....	87
Considerações Finais.....	101
Referências Bibliográficas.....	106
Anexos.....	111

LISTA DE TABELAS

1.1	Capacidade instalada diária e na safra (180 dias) por unidade produtora - 2000/2001	32
1.2	Produção da safra 2000/2001 (180 dias) por unidade produtora	33
1.3	Estimativa da capacidade ociosa de processamento industrial por unidade produtora	34
2.1	Os dez maiores beneficiários do Brasil e <i>royalties per capita</i> – 2000	60
2.2	Evolução da distribuição de <i>royalties</i> no estado do Rio de Janeiro, segundo beneficiários – 1994/2001	61
3.1	População residente por situação do domicílio, segundo Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé e distrito de Macaé – 1991	67
3.2	População residente por situação do domicílio, segundo Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé e distrito de Macaé – 2000	67
3.3	Domicílios particulares permanentes segundo abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, por Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé e distrito de Macaé 1991	70
3.4	Domicílios particulares permanentes segundo abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, por Unidade da Federação, mesorregião, município de Campos dos Goytacazes e Macaé e distrito de Macaé - 2000	71
3.5	Domicílios e moradores em aglomerados subnormais (favelas) – 1991	76
3.6	Domicílios e moradores em aglomerados subnormais (favelas) – 2000	76
3.7	Trabalhadores com vínculo empregatício e por faixa de remuneração em 31/12/1990	78
3.8	Trabalhadores com vínculo empregatício e por faixa de remuneração em 31/12/2000	78
3.9	Trabalhadores com vínculo empregatício e por setor da economia em 31/12/1990	80
3.10	Trabalhadores com vínculo empregatício e por setor da economia em 31/12/2000	81
3.11	<i>Royalties</i> pagos aos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé - 1995/2001	85
3.12	Produto Interno Bruto - PIB - a preços correntes, e PIB per capita 1996/2001 - (R\$ mil)	86

LISTA DE FIGURAS

1	Delimitação da região Norte Fluminense	17
2	Critérios para definição dos municípios confrontantes – Bacia de Campos	49
3	Municípios que compõem a OMPETRO	62
4	Evolução do emprego formal no Norte Fluminense - 1990 a 2000	83

INTRODUÇÃO

A mesorregião Norte Fluminense, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, compõe-se hoje dos municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis e São João da Barra. Este mesmo espaço territorial é classificado pela Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE - como uma região de Governo.

Historicamente dedicada à atividade canavieira, com grande projeção nacional, apresenta-se nos dias de hoje como responsável por mais de 80% da produção brasileira de petróleo, figurando, porém, paradoxalmente, dentre as regiões de menor desenvolvimento do país.

Suas dinâmicas territorial, econômica, social e política estiveram sempre condicionada pela monocultura da cana-de-açúcar e pela agroindústria açucareira, e apresentava-se como uma região “definida e fechada” (PIQUET, 2003, p.219) pelas elites que atuavam no setor. Nas últimas três décadas, após a descoberta de petróleo em seu litoral, vê-se inserida em uma nova dinâmica industrial e tecnológica internacional, pouco conectada ao contexto local, verificando-se uma modificação em seu perfil socioeconômico.

A obrigatoriedade do pagamento de *royalties*, estabelecida por lei em 1985, tem levado os municípios fluminenses, beneficiários dessas compensações financeiras, a experimentarem um aumento em suas arrecadações. Notadamente no

Norte Fluminense, o crescimento acelerado da produção, a forma concentrada de ocorrência das jazidas atreladas aos nexos de distribuição destes recursos, que privilegiam a localização física, elevou esses montantes repassados aos seus municípios, principalmente àqueles caracterizados como produtores, de forma expressiva, chegando a significar, em alguns casos, até 50% da arrecadação municipal. Os critérios de distribuição de *royalties* têm sido, então, objeto de debates visto que as riquezas petrolíferas se encontram em bacias continentais, representando assim um bem nacional, e os benefícios dessas compensações financeiras podem ser justificados por processos mais equânimes de distribuição, contemplando mesmo municípios que não se encontram em áreas de produção e exploração de petróleo.

Todavia, em que pese a força desse vetor econômico, o Norte Fluminense apresenta-se entre as regiões de menor desenvolvimento do país, levando-se em conta os aspectos das desigualdades de renda, da qualidade de vida e de bem-estar, dos níveis e condições de pobreza e de emprego. A região, no ano de 2000, apresenta um elevado número de famílias pobres, com os maiores índices de indigência em comparação com a média do estado do Rio de Janeiro. Considerando-se este aspecto da exclusão social, Campos dos Goytacazes, pólo regional tradicional, destaca-se negativamente, enquanto o município de Macaé, sede do complexo petrolífero, destaca-se de forma positiva, em relação à media regional.

A década de 1990 caracterizou-se por apresentar um aumento significativo na produção de petróleo, por mudanças ocorridas no setor provocadas pela quebra do monopólio, até então pertencente à Petrobras, o que acaba por atrair o interesse de novos investidores nacionais e internacionais. Também as inovações promovidas

pela Lei do Petróleo, em 1997, propiciaram novos critérios de pagamentos de *royalties*, o que aumentou substancialmente seus valores. As mudanças ocorridas, nessa década, na região, prenderam-se mais aos fatores ligados à atividade petrolífera do que àqueles relacionados à atividade canavieira – que têm seus reflexos mais importantes na década de 1980, expressos pelo declínio da indústria sucro-alcooleira. Além destes fatos, também o período inter-censitário, 1991-2000, permite uma comparação dos dados relevantes para a análise.

A presente dissertação procura analisar as transformações sócio-espaciais em curso no Norte Fluminense apoiada na hipótese de que tais transformações estão correlacionadas à descoberta do petróleo em sua bacia continental. Nesse sentido, aborda as mudanças advindas do declínio da atividade canavieira e da consolidação da exploração petrolífera, que passa a figurar como principal vetor econômico regional, inaugurando um novo ciclo de desenvolvimento capitaneado, sobretudo, pelos municípios de Campos dos Goytacazes e de Macaé, que constituem os principais pólos de atração populacional e de investimentos.

Com base na bibliografia e na utilização de dados estatísticos, o estudo aborda as transformações recentes nos quadros demográfico, social, econômico, político e territorial no Norte Fluminense, no período de 1991 a 2000. Para tanto, são analisados indicadores relacionados à dinâmica populacional, à infra-estrutura social, ao mercado de trabalho e à geração de riquezas, além do movimento emancipacionista, que originou a criação de novos municípios em função dos recursos advindos dos *royalties* do petróleo.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, na forma a seguir:

O primeiro capítulo - **O ouro branco e a estruturação inicial do Norte Fluminense** - analisa o papel exercido pela atividade canavieira na estruturação

inicial do espaço regional. Enfoca o processo de ocupação da região, efetuando um resgate que vai da implantação dos primeiros canaviais à consolidação e declínio do complexo sucro-alcooleiro. Nesse aspecto, são abordadas as transformações trazidas pela tecnificação da agricultura, seus reflexos no declínio do potencial produtivo do setor canavieiro, na região, bem como a quebra do paradigma subvencionista estatal.

O segundo capítulo - **O ouro negro e a (re) estruturação recente do Norte Fluminense** – aborda a consolidação da exploração petrolífera como vetor econômico dominante e discute o desenho de um novo tecido produtivo que responde pela emergência de espaços ganhadores no contexto regional. São, também, analisadas, neste capítulo, as novas alianças políticas representadas pela criação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo – OMPETRO – e os critérios de pagamento de *royalties*.

O terceiro capítulo - **Um foco nos municípios de Campos dos Goytacazes e de Macaé** – analisa, com base em um conjunto de indicadores, a evolução do perfil socioeconômico nos municípios de Campos dos Goytacazes e de Macaé, bem como, discute os desafios postos à gestão do território nesses espaços, em face das conseqüências advindas da gravitação que exercem na atração populacional e nos investimentos dirigidos ao Norte Fluminense.

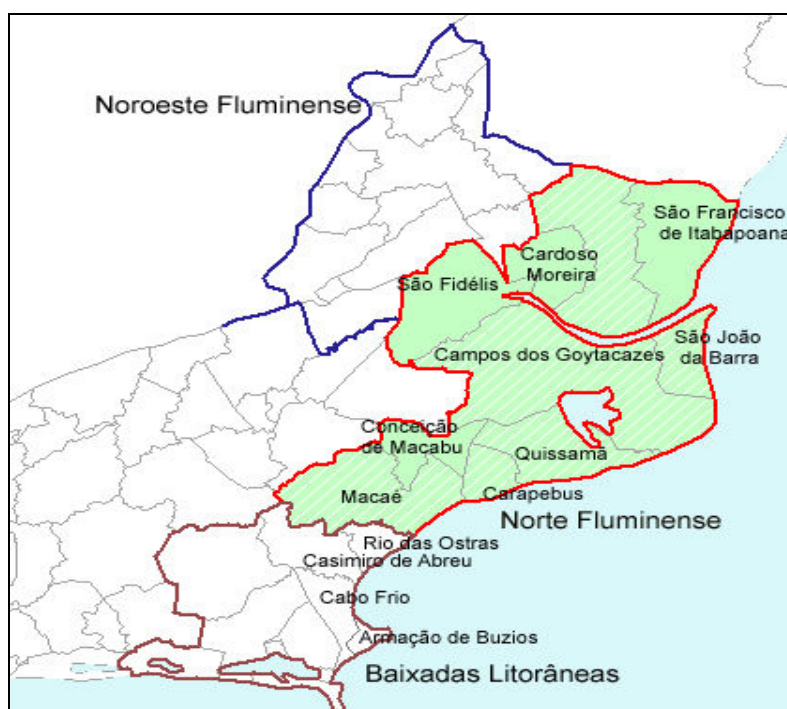
CAPÍTULO 1

O ouro branco e a estruturação inicial do Norte Fluminense

1.1 - O Processo de ocupação

A porção nordeste do Estado do Rio de Janeiro, definida como região setentrional da baixada fluminense ou norte fluminense, atualmente se refere a um conjunto baseado em critérios diferentes dos originais, que modificaram sua delimitação. Tradicionalmente dita como 'terra Goytacaz' (LAMEGO, 1913), 'Planície do Solar e da Senzala' (LAMEGO, 1934), 'Planície Campista' (LAMEGO, 1959), ou 'Zona Nova do Açúcar' (GEIGER, 1956), foi posteriormente denominada, em regionalização oficial do governo como 'Zona da Baixada dos Goytacazes' (BERNARDES, 1948) (...). O Norte Fluminense atual seria, portanto, uma região-programa ou região de planejamento do governo estadual que herda a proposta do IBGE em delimitar unidades que, em meso e micro escalas não transpõem os limites estaduais (BARBOSA, 2003, p.111).

Figura 1 - Região Norte Fluminense



Fonte: IBGE. Malha municipal digital. 2000.

A partir de 1534, o Brasil foi dividido em Capitanias Hereditárias. Ainda que este sistema tenha fracassado na introdução da produção de açúcar, na região que hoje conhecemos por estado do Rio de Janeiro, dois aspectos marcantes são assinalados pelos historiadores como resultado de seu esforço colonizador:

- a ocupação efetiva da terra
- a implantação da lavoura

Pero de Góis da Silveira, donatário da Capitania de São Tomé, formada pela maior parte da região que hoje compõe o estado do Rio de Janeiro, pouco tempo depois de chegar, fundou ao norte uma vila nas proximidades do rio atualmente denominado Itabapoana. Iniciou o cultivo da cana-de-açúcar e instalou um engenho para a fabricação de açúcar. Porém, desestimulado por duas tentativas fracassadas, a primeira em 1539 e a segunda em 1545, abdicou em nome de seu filho, Gil de Góis, que também fracassou em nova tentativa realizada em 1619, frente aos mesmos obstáculos: a resistência oposta pelos índios da região. Gil de Góis renunciou, então, à posse da Capitania em favor da Coroa de Portugal.

Neste mesmo período, implantou-se o cultivo da cana-de-açúcar, no ano de 1565, nas regiões de baixada, próximo da cidade do Rio de Janeiro. Até o final do século XVI, a lavoura da cana, iniciada nas terras próximas ao mar, expandiu-se em direção ao interior. Foi no Rio de Janeiro, em 1636, que entrou em atividade o primeiro engenho, que viria a ser também o primeiro a operar continuamente, de propriedade do General Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Já no início do século XVII, partiam navios do Rio de Janeiro para Portugal, carregados de açúcar e aguardente.

Segundo Barbosa (2003, p.113), a ocupação do Norte Fluminense teve seu início na primeira metade do século XVII, após quase um século de conflitos com os

índios Goytacazes, podendo ser dividido em três marcos histórico-geográficos. O primeiro, quando se estabeleceram às ligações por terra entre a planície campista e a área de entorno da baía da Guanabara. Foram, então, formados os primeiros currais que tinham por finalidade suprir os senhores de engenho desta região com gado bovino para transporte e moagem de cana, para alimentação própria e dos escravos.

Em 1632, sete capitães chegaram às terras situadas entre o rio Macaé e o cabo de São Tomé, que haviam conseguido em 1627 por sesmarias¹. No ano seguinte, iniciaram a criação de gado bovino, que cresceu gradativamente, na medida em que iam sendo limpos os campos – grande parte dessas terras compõe hoje o município de Campos dos Goytacazes.

Em 1647, o General Salvador Correia de Sá e Benevides assumiu o cargo de Governador da Capitania do Rio de Janeiro. Em 1648, forçou, por pressão de autoridade, os sete capitães a assinarem uma escritura de composição, pela qual o território, anteriormente doado, ficava dividido em 12 partes, das quais três seriam para o próprio Governador, quatro partes e meia para os sete capitães e seus herdeiros, três para os padres da Companhia de Jesus, uma parte para o Capitão Pedro de Sousa Pereira e meia parte para os frades de São Bento.

O governador construiu, em 1650, o primeiro engenho da região norte do estado e, em pouco tempo, os canaviais cobriam suas terras. A partir daí, surgiram numerosos engenhos e, em meados do século XVII, a lavoura de cana expandiu-se na região. Em 1652, foi fundada a Vila de Campos, que foi destruída em 1672, reconstruída em 1676 e elevada à categoria de cidade em 1835.

¹ Lotes de terra inculta ou abandonados que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-los. (Cf. Novo Dicionário Aurélio)

Um segundo marco histórico-geográfico nesse processo de ocupação regional ocorre em meados do século XVIII, quando da implantação da cultura da cana-de-açúcar e a criação da “Zona Nova do Açúcar”. Após um grave período de crise, que se iniciou por volta de 1690 e que duraria até 1775, motivada por uma forte concorrência internacional de matéria-prima, a lavoura canavieira se recuperou em função de um expressivo aumento na demanda por açúcar, devido à privação de fornecimento pela Inglaterra em virtude da guerra da independência dos Estados Unidos (1775-1776). Neste momento, a cultura canavieira renasceu no Norte Fluminense, “caracterizada pelo número de pequenas culturas e pequenos engenhos, apresentando uma estrutura diversa da Zona da Guanabara, onde predominavam a média e a grande propriedade” (GEIGER apud BARBOSA, 2003, p.113). Esta estrutura agrária arrolava a existência de dois importantes agentes na produção do espaço regional: os senhores de engenho e os fornecedores de cana-de-açúcar.

Campos dos Goytacazes supria os estados do Rio de Janeiro e da Bahia com gado bovino, cavalos, farinha e milhares de caixas de açúcar. No final do século XVIII, a cidade, que já contava com cerca de 300 engenhos, comercializava mais de 50.000 caixas de açúcar de 50 arrobas cada. No primeiro quarto do século XIX, o número de engenhos já se aproximava dos 700.

Ao longo do século XIX, com a expansão da rede ferroviária (Estrada de Ferro Leopoldina) e a conseqüente interiorização da ocupação, amplia-se a concentração de capitais na indústria açucareira, aumentando também o número de propriedades rurais. Diante do ganho de importância do café no mercado externo que atraía mais investimentos, “para poder continuar a produção de açúcar era necessário aplicar processos industriais de maior rendimento, a custos mais baixos”

(GEIGER apud BARBOSA, 2003, p.113). Como desdobramento desse processo, destaca-se o terceiro marco histórico-geográfico, que foi a introdução do engenho a vapor e a criação de usinas no final do século XIX, sendo o Engenho Central de Quissamã, construído pelo Governo Imperial Brasileiro, o primeiro a entrar em funcionamento na América Latina em 1877 (BARBOSA, 2003, p.113).

A partir de então, verifica-se um novo período no qual ocorre a concentração industrial. As relações de trabalho evoluem da escravatura às parcerias e ao trabalho assalariado, mudando a divisão social do trabalho. Ao mesmo tempo amplia-se a classe de fornecedores, empobrecem os senhores de engenho – que passam a ser fornecedores – e reconfigura-se a estrutura fundiária da região, com o surgimento de pequenas e médias propriedades. Todas estas modificações também significam uma reorganização dos atores no processo produtivo. Todavia, em contradição com o aumento do número de fornecedores e da área plantada, ocorre uma concentração de capital, com os usineiros adquirindo as terras em torno das usinas, marcando um período de “territorialização do capital” (OLIVEIRA apud BARBOSA, 2003, p.113).

Deve-se destacar que, desde esse período, uma política estatal de subvencionamento marcou o setor açucareiro e alcooleiro durante um século, culminando com a criação, em 1933, do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. O IAA, com uma política que variava de acordo com as circunstâncias e a região do Brasil, manteve os fornecedores de cana do Norte Fluminense de forma a conciliar o atraso tecnológico e a baixa produtividade da região, com a modernidade dos processos de produção das usinas localizadas em outros estados (BARBOSA, 2003, p.114).

No início do século XX, foram criadas duas estações experimentais de cana-de-açúcar no país, nos dois maiores produtores da época, os estados de

Pernambuco e Rio de Janeiro. Em 1914, foi instalada em Campos dos Goytacazes a Estação Experimental do Rio de Janeiro, onde se desenvolveram muitas variedades desta cultura que contribuíram para a expansão da indústria canavieira no país.

Em 1930, Campos dos Goytacazes contava com uma população de 260.000 habitantes e uma economia completamente dependente da indústria açucareira. Com a crise mundial de 1929, motivada pela depressão da economia dos Estados Unidos, também a indústria canavieira no Brasil foi fortemente afetada, ensejando a intervenção estatal com a criação da Comissão de Defesa da Produção Açucareira em 1931.

Para fazer frente a esta crise, foram adotadas várias medidas, dentre as quais a adoção de um regime de quotas de produção e comercialização para as usinas e um decreto, em 1931, tornando obrigatório o uso do álcool como mistura carburante, adicionado à gasolina na proporção de 5%. Essa mistura carburante vem sendo usada até os dias de hoje tendo, na década de 1980, chegado a uma proporção de 22%.

Pode-se citar ainda dois marcos histórico-geográficos, mais recentes, para a reprodução do espaço regional do Norte Fluminense: a criação do PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool – em 1972, e a extração de petróleo na plataforma continental na Bacia de Campos, principalmente por originar o pagamento de *royalties* aos municípios fluminenses e também provocar um movimento emancipacionista com o surgimento de quatro novos municípios: Quissamã, em 1990; Cardoso Moreira, em 1993; São Francisco de Itabapoana e Carapebus, em 1997.

1.2 - A consolidação do complexo sucro-alcooleiro

A indústria açucareira é uma das mais antigas atividades econômicas do Brasil e está relacionada aos principais eventos históricos do país. A cana-de-açúcar foi sempre muito utilizada de diversas formas, desde a forragem para o gado até a produção de aguardente, normalmente processada nas próprias unidades rurais. Com o passar do tempo, seus inúmeros subprodutos foram ampliando as possibilidades de inserção em novas cadeias produtivas. O álcool, como combustível para automóveis, passou a ter destaque a partir da década de 1930, principalmente no estado de Pernambuco. Gradativamente, ao longo do século XX, o setor açucareiro nacional se transformou em setor sucro-alcooleiro, de forma mais notória a partir do PROÁLCOOL, quando o álcool combustível passou a compor de maneira importante a matriz energética nacional. Conforme Barbosa (2003, p.120),

cabe lembrar, também, que se trata de cadeia agroindustrial única, já que a maior parte das agroindústrias possui infra-estrutura para produzir tanto açúcar quanto álcool e a produção é comumente direcionada de acordo com os preços relativos aos dois produtos.

Após uma longa fase de produção no modelo dos complexos rurais definido como “beneficiamento da cana”, no final do século XIX a atividade canavieira passou a ser vista a partir do conceito de agroindustrialização, que seria uma integração da agricultura com o segmento industrial a jusante. Esse processo ocorreu, tanto pelo aumento da capacidade produtiva, como pelo aprofundamento na divisão social do trabalho e acabou por incorporar uma racionalidade industrial que afetaria, de maneira positiva, diretamente o ritmo e a intensidade das explorações agrícolas.

Segundo Andrade (apud BARBOSA, 2003, p.121), “a agroindústria canavieira evoluiu de um sistema escravista de exploração da terra e da

mão-de-obra para um 'patriarcalismo semi-capitalista' e, finalmente para o capitalismo pleno". No período em que se verifica esta mudança, as áreas produtivas do estado de São Paulo consolidam seu maior dinamismo.

Do período colonial até por volta de 1850, predominaram os complexos rurais. Conforme Marafon e Barbosa (2001, p.73), os complexos rurais "se desenvolveram a partir de grandes unidades de produção, com mão-de-obra escrava, com uma dinâmica marcada pela influência do mercado externo, até porque, o Brasil contava com um mercado interno incipiente". Suas origens remontam à produção de cana-de-açúcar e algodão na Região Nordeste. A dinâmica do complexo rural era muito simples e a produção se dava com o camponês trabalhando a terra com os insumos e ferramentas que tinha ao seu alcance, quase sempre produzidos na própria fazenda. Segundo Kageyama (1990, p.116):

Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo (...). No interior das fazendas, produziam-se não só as mercadorias agrícolas para exportação mas também manufaturas, equipamentos simples para produção, transportes e habitação. A divisão social do trabalho era incipiente, as atividades agrícolas e manufatureiras encontravam-se indissolúvelmente ligadas e grande parte dos bens produzidos só tinha valor de uso, não se destinando ao mercado.

A industrialização da agricultura foi conseqüência de um longo processo de mudanças na base técnica da produção agrícola – modernização da agricultura – que ocorreu no pós-guerra com a introdução de máquinas, de fertilizantes e defensivos, mudanças de ferramentas, de culturas ou introdução de novas variedades, que acabaria transformando a agricultura em um ramo de produção semelhante a uma indústria a partir da segunda metade da década de 1960 (KAGEYAMA, 1990, p.113-114). Todo esse processo teve início com a crise dos complexos rurais, por volta de 1850, acelerou-se com a crise de 1929, com uma

clara orientação da economia para a industrialização, consolidando-se na década de 1950 com a internalização da produção de bens de capital.

Em seu início, a modernização da agricultura se viabilizou por meio das importações. Com a implantação das indústrias de base – siderurgia, petroquímica, borracha, plásticos, química fina, dentre outros – nos anos 1950-1960, os setores que produzem insumos modernos, máquinas e equipamentos foram internalizados no país e, desde então, o processo de modernização da agricultura passa a ser endógeno. A partir da década de 1970, constitui-se o que vem sendo chamado de Complexos Agroindustriais (KAGEYAMA, 1990, p.115).

Graziano da Silva (apud BARBOSA, 2003, p.116) descreve o processo de modernização da agricultura como “a integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por mudanças tecnológicas e de ruptura nas relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial”.

Nos dias de hoje, a dinâmica dos segmentos da agricultura é a dos Complexos Agroindustriais – CAI. Os CAIs são um conceito amplo que arrola um conjunto de processos técnico-econômico, sociopolíticos que integram a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação à produção de bens industriais para agricultura e os serviços financeiros que lhe são pertinentes, com uma regulação que não dispensa as ações do Estado em suas políticas públicas. Incluem também o capital privado e o capital internacional. Todo este conjunto de atores articula-se a partir da presença de indústrias a montante (I_1 indústrias na agricultura), para as quais seus produtos servirão de base (fertilizantes, remédios, rações, agroquímicas e veículos), pela agroindústria em si (A) e pela indústria a jusante (I_2 , agroindústria ou indústria da agricultura), responsável pela transformação e pelo beneficiamento dos produtos agrícolas (BARBOSA, 2003, p.117).

É importante destacar o componente espacial dos processos que conduzem à formação dos Complexos Agroindustriais. Conforme Alberto Guimarães (apud BARBOSA, 2003, p.118):

Em muitos casos, a indústria se interiorizou, voltando a acercar-se, como no passado, dos estabelecimentos rurais; em outros casos, a integração agricultura-indústria dispensou a proximidade física de suas unidades produtivas, satisfazendo-se com o firme estabelecimento de vínculos operacionais, econômicos, financeiros para sua interligação ou subordinação.

Kageyama (1990, p.123) menciona a integração de capitais na “soldagem” dos CAI’s, como um processo de centralização de capitais industriais, bancários, agrários, dentre outros, que, ao fundirem-se em sociedades anônimas, condomínios, ou cooperativas rurais, direcionam suas aplicações para diversos mercados, com destaque para o mercado de terras, ou seja, a propriedade da terra ao permitir ganhos especulativos e ganhos de fundação nas novas áreas de fronteiras agrícolas, tornou-se um ativo financeiro para o grande capital, caracterizando o processo de “territorialização do capital”.

Oliveira (apud BARBOSA,2003, p.118) destaca que:

A industrialização da agricultura revela, então, que o capitalismo está unificando contraditoriamente o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário de terra, latifundiário, portanto.

Na ‘territorialização do capital’, as relações capitalistas de produção ocorrem plenamente na medida em que o proprietário dos meios de produção possui terras e é um empresário capitalista da agricultura. A relação capital-trabalho assalariado se desenvolve normalmente e a sujeição do trabalhador ao capital pode gerar problemas sociais, de maior ou menor gravidade, como reflexos da incorporação de fatores de modernização. Na “monopolização do território”, o capital subordina à sua

lógica a renda da terra, com o trabalhador dependendo da agroindústria para realizar a venda de sua produção.

Diante das características particulares de cada gênero agrícola, no cultivo e no beneficiamento, compreende-se que cada setor atue de forma específica no processo de integração com a indústria e tenha um comportamento próprio no conjunto da economia, levando o Estado a políticas diferentes que melhor se ajustem para cada gênero dentro de sua cadeia produtiva. Justifica-se, assim, a existência de um CAI para a soja, um CAI para o café e um CAI sucro-alcooleiro, dentre outros.

O setor sucro-alcooleiro no Brasil se desenvolveu sob uma política subvencionista estatal, principalmente após a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. Desde esse período até a década de 1990, o Estado estabelecia a produção, encarregava-se da comercialização e responsabilizava-se pela exportação. O governo brasileiro, por meio do IAA, determinava quotas de produção por usina em cada estado da Federação, com a finalidade de ajuste entre produção e consumo no mercado nacional e para evitar a super oferta no mercado internacional.

Desde o início dos anos 70, a produção de cana-de-açúcar registrou um aumento, não só na produtividade por hectare como também na quantidade de terras cultivadas, motivado pela tecnificação e pela pesquisa agropecuária em virtude do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR). A partir de 1975, com o PROÁLCOOL, surgem novas destilarias autônomas em todo o Brasil, com novas áreas de produção como, por exemplo, no Paraná.

Com a desaceleração do programa do álcool a partir de 1985, reduziu-se o número de destilarias autônomas e verificou-se o redirecionamento da produção para o açúcar, visto a perda de importância do álcool hidratado como mistura carburante. A frota nacional de veículos movidos a álcool, que contava com mais de 50% do total de unidades em todo o país, caiu para pouco mais de 1% no ano de 2000.

Com a desregulamentação da economia provocada pela doutrina neoliberal e o processo de globalização, os preços do açúcar, em 1991, da cana e do álcool anidro, em 1997, e do álcool hidratado, em 1999, foram liberados. O setor sucro-alcooleiro perdeu a tutela do Estado, quebrou-se o “paradigma subvencionista”. Um mercado aberto à competição seleciona espaços, eliminando-os, consolidando-os, interferindo em processos de hierarquizações, redefinindo áreas de mercado e espaços geográficos e, neste caso, espaços especializados regionalmente no cultivo e processamento da cana-de-açúcar (BARBOSA, 2003, p.124). O Norte Fluminense, que já figurou com destaque no cenário nacional, perdeu expressão, mesmo considerando-se apenas o centro-sul brasileiro.

Analisando o setor sucro-alcooleiro no Norte Fluminense, ressalta-se que o conceito de “Complexo Agroindustrial” deve ser percebido em escala nacional. Embora não exista um parque industrial a montante localizado no Norte Fluminense ou em suas proximidades, a atividade canavieira na região tem sido praticada ao longo dos últimos 30 anos, dentro de um padrão de organização que se enquadra na racionalidade que se conceitua para o modelo CAI. Ainda que tenha perdido expressão no cenário nacional, o seu setor canavieiro, em escala mesorregional, mantém inegável relevância no aspecto econômico e como importante elemento

“formador socioespacial” (SANTOS apud BARBOSA, 2003, p.133). Segundo Azevedo (2004, p.117), a indústria sucro-alcooleira é uma das principais atividades econômicas no Norte Fluminense gerando, no ano de 2000, cerca de R\$ 175 milhões e 15.000 empregos diretos e indiretos. Conforme Marafon e Barbosa (2001), este espaço regional é responsável por aproximadamente 90% da produção canavieira em todo o estado de Rio de Janeiro.

A indústria a jusante, que se compõe das usinas processadoras, localiza-se atualmente na própria região, com exceção da Agrisa, instalada no município de Cabo Frio, na região das baixadas litorâneas. Das usinas em funcionamento no Norte Fluminense, temos: Pureza (município de São Fidélis), Carapebus (município de Carapebus), Quissamã (município de Quissamã), Barcelos (município de São João da Barra), Cupim, Paraíso, Sapucaia, Santa Cruz e São José (município de Campos dos Goytacazes). Em relação às atividades a montante, as usinas e fornecedores buscam nos estados de São Paulo e Paraná, os equipamentos e insumos químicos e biológicos de que necessitam.

Todavia, nas últimas três décadas, essa atividade passa por um processo declinante em função de diretrizes governamentais, quando sucessivos planos econômicos, desvalorização da moeda nacional frente ao dólar, dívidas em dólar assumidas pelas unidades produtivas no processo de modernização das indústrias, perda de produtividade pela escassez de matéria-prima e a conseqüente perda de competitividade são alguns dos fatores que provocaram o fechamento de muitas unidades produtoras e a descapitalização de outras, que passaram a operar sem condições de auto-alavancagem.

As unidades agroindustriais que trabalham com equipamentos e instalações mais modernas e eficientes acabam por capturar os fornecedores das usinas menos

modernizadas, levando-as à paralisação de suas operações. Este fenômeno ocorreu, segundo Barbosa (2003, p.133), no município de Campos dos Goytacazes, provocado pela situação de proximidade física das usinas. Nos municípios de Quissamã e Carapebus, embora menos modernizadas, as usinas que aí se instalam conseguem dar continuidade às suas atividades, pelo fato de serem as únicas existentes em cada um dos municípios. Deste modo, a localização geográfica e a estratégia de se apoiarem em canaviais próprios que lhes garante cerca de 50% de matéria-prima, permitindo um bom período de moagem ao longo do ciclo de produção, têm sido fatores importantes de “sobrevivência” de algumas usinas. A usina de Pureza, localizada no município de São Fidélis, tem se mantido em operação nos mesmos moldes descritos acima, após incorporar, no início da década de 1980, fornecedores de uma concorrente localizada no mesmo município, que logo a seguir encerrou suas atividades. As usinas de Sapucaia e de Santa Cruz, localizadas em Campos dos Goytacazes, merecem destaque no aspecto da modernização, pois observam-se adaptações com respeito à utilização de máquinas colheitadeiras e embarcadoras, técnicas de irrigação, adubação com rejeitos industriais ricos em matéria orgânica e ferti-irrigação, além de automação da irrigação.

Entre as décadas de 1930 e 1960, o setor açucareiro fluminense apresentou uma relativa estagnação, ocasionada pela forte presença do governo que exercia uma certa ‘tutela’ sobre o setor, fazendo com que os usineiros atuassem de forma acomodada, com isso favorecendo um ambiente de pouca competitividade.

A década de 1970 caracterizou-se por grandes transformações. Conforme CEFET/NEED (2002a): “Foi assinado o Decreto-Lei 1186 de 27/08/1971, no qual o governo concedeu estímulos a processos de fusão, incorporação e realocação de

usinas com a finalidade de propiciar a modernização do parque industrial”. Com as tecnologias mais atuais que foram introduzidas na maior parte das usinas do estado do Rio de Janeiro, algumas delas chegaram a se transformar em novas usinas. Todavia, estas transformações se restringiram apenas ao parque industrial, com os recursos do PROÁLCOOL não chegando a alcançar as áreas agrícolas.

Os avanços alcançados na década de 1970 ensejaram uma expectativa otimista para a década seguinte. No entanto, no transcorrer da segunda metade da década de 1980, a agroindústria sucro-alcooleira viu-se diante de uma forte depressão. O endividamento, em dólar, das usinas que optaram por grandes reformas; os fracos resultados operacionais devido à queda de oferta de matéria-prima que não se fazia suficiente, pela falta de modernização na área agrícola, para abastecer usinas superdimensionadas; e a queda dos preços do açúcar são alguns dos importantes fatores que conduziram ao encerramento de diversas unidades de processamento da cana-de-açúcar, dentre as quais podemos citar: Outeiro, Queimados e Novo Horizonte, em Campos dos Goytacazes; Santa Maria, em São Francisco de Itabapoana; Conceição, em Conceição de Macabu; além de outras cinco usinas que passaram a operar com baixa produção, em um regime de alto índice de ociosidade, e descapitalizadas. Nos anos 90, assistiu-se ao fechamento de mais três importantes usinas: Cambaíba, São João e Santo Amaro, todas em Campos dos Goytacazes.

Um quadro de desemprego com o conseqüente agravamento da exclusão social, a proletarização e as migrações campo-cidade são algumas das transformações socioespaciais intensificadas nas últimas décadas. Ainda assim, a região Norte Fluminense, segundo Barbosa (2003, p.128), teve, nos últimos 30 anos,

uma participação de 90% da produção canavieira no estado do Rio de Janeiro, com as demais regiões contribuindo com os restantes 10%.

A tabela 1.1 mostra a capacidade total instalada para a moagem de cana, produção de açúcar, produção de álcool anidro e de álcool hidratado por unidade produtora no estado do Rio de Janeiro, por dia e na safra 2000/2001 (180 dias/ano). Para a produção de açúcar, deve-se considerar 50kg/saca, levando a uma produção de 693.000 toneladas de açúcar por safra de 180 dias $[(77.000 \times 50 \times 180) / 1000]$.

Tabela 1.1 – Capacidade instalada diária e na safra (180 dias)
por unidade produtora – 2000/2001

Unidade produtora	Capacidade instalada diária e por safra (180 dias)							
	Moagem cana (t/dia)	Safra de 180 dias (t)	Álcool				Açúcar	
			Hidratado		Anidro		Sacas/dia em mil	Safra de 180 dias mil sacas
			t/dia	Safra de 180 dias (t)	t/dia	Safra de 180 dias (t)		
Agrisa	2.400	432.000	180	32.400	180	32.400	-	
Barcelos	3.200	576.000	90	16.200	90	16.200	6,0	1.080
Carapebus	2.400	432.000	-	-	-	-	4,8	864
Cupim	6.000	1.080.000	120	21.600	-	-	7,0	1.260
Paraíso	5.500	990.000	150	27.000	-	-	8,0	1.440
Pureza	1.200	216.000	20	3.600	-	-	2,4	432
Quissamã	4.000	720.000	45	8.100	30	5.400	6,0	1.080
Santa Cruz	7.000	1.260.000	200	36.000	150	27.000	16,0	2.880
São José	4.500	810.000	200	36.000	180	32.400	6,8	1.224
Sapucaia	12.000	2.160.000	600	108.000	350	63.000	20,0	3.600
Total	48.200	8.676.000	1.605	288.900	980	176.400	77,0	13.860

Fonte: CEFET/NEED (2002).

Na tabela 1.2 são apresentados dados sobre a quantidade de cana moída, a produção de álcool hidratado e de álcool anidro, bem como a produção de açúcar no estado do Rio de Janeiro na safra 2000/2001. É possível observar que os

quantitativos de produção estão significativamente abaixo do potencial de processamento instalado das indústrias do estado, deixando entrever um alto percentual de ociosidade. Para uma capacidade de moagem de 8.676.000 toneladas de cana, foram efetivamente moídas 3.934.784 toneladas nesse período.

Tabela 1.2 – Produção da safra 2000/2001 (180 dias) por unidade produtora

Unidade Produtora	Produção da safra 2000/2001- 180 dias			
	Moagem Cana Ton.	Álcool		Açúcar sacas
		Hidratado Litros	Anidro Litros	
Agrisa	63.014	858.000	3.114.000	-
Barcelos	303.553	7.931.000	521.880	465.760
Carapebus	148.367	-	-	294.000
Cupim	312.553	2.708.000	-	566.664
Paraíso	342.803	6.074.483	-	560.324
Pureza	99.985	1.622.780	-	119.076
Quissamã	223.399	-	-	438.380
Santa Cruz	768.206	4.243.021	1.407.499	1.407.499
São José	334.162	551.300	14.199.835	355.967
Sapucaia	1.338.742	2.321.726	37.638.984	1.946.578
Total	3.934.784	26.310.310	56.882.198	6.154.248

Fonte: CEFET/NEED (2002a).

A tabela 1.3 apresenta o percentual de ociosidade entre a capacidade instalada e a produção realizada por unidade produtora na safra 2000/2001. Observa-se que na moagem de cana, desta safra, a produção realizada é, em média, no conjunto das unidades de produção, de apenas 45% da capacidade instalada, com 55% de ociosidade em relação à capacidade total.

Tabela 1.3 - Estimativa da capacidade ociosa de processamento industrial por unidade produtora

Unidades Produtoras	Estimativa % da capacidade ociosa de processamento industrial			
	Moagem (T/dia)	Álcool - L/dia		Açúcar (sacas /dia)
		Hidratado	Anidro	
Agrisa	85	97	90	-
Barcelos	47	51	97	57
Carapebus	66	-	-	66
Cupim	71	88	-	55
Paraíso	65	78	-	61
Pureza	54	55	-	97
Quissamã	69	-	-	59
Santa Cruz	39	88	95	51
São José	59	99	56	71
Sapucaia	38	98	40	46
Total	55	91	68	56

Fonte: CEFET/NEED (2002).

Em meados da década de 1970, quando a Petrobras já iniciava as suas atividades na Bacia de Campos, o Norte Fluminense recebeu enormes reflexos do primeiro choque do petróleo, fato marcante para a economia mundial naquele momento, com a vertiginosa subida em 1973 dos preços internacionais do produto e com o Brasil, ainda muito dependente do fornecimento internacional, despendendo aproximadamente US\$ 10 bilhões anuais com as importações.

A esta época, com o país ainda sob a égide de uma política centralista e motivado pela necessidade de economizar divisas e diminuir a sua dependência das importações de petróleo, o setor sucro-alcooleiro foi aquinhado com enorme massa de recursos para o desenvolvimento do PROALCOOL (1975).

O parque industrial deste setor da economia foi quase totalmente reestruturado e modernizado no país. Na região estudada, tradicionalmente açucareira, as mudanças técnicas foram relevantes. Todavia, conforme Bernardes

(2003, p.253), “o nível qualitativo aplicado no Norte Fluminense, em um parque açucareiro com mais de cem anos, com uma estrutura montada muito antiga, se limitou a reformas nas usinas, já que os equipamentos eram caros e a região pouco capitalizada”.

O planejamento estatal expressava necessidades externas determinadas pelo capital internacional e dispensava tratamento distinto às diferentes áreas produtoras “priorizando a inversão de recursos e a implantação de infra-estrutura em áreas como São Paulo, onde já existiam condições privilegiadas em relação às demais regiões” (BERNARDES, 2003, p.257).

O Norte Fluminense não apresentava condições adequadas para as novas formas de acumulação, que exigia uma diferente articulação entre os grandes e médios produtores de cana, uma melhor relação entre investimento e produtividade, que demandava mais pesquisas, o que não compensava os custos, bem como a utilização de novos equipamentos.

Por outro lado, São Paulo apresentava uma maior racionalidade, com uma melhor integração entre os componentes da cadeia produtiva, melhores condições de planejar o quanto consumir, quanto produzir, quanto avançar, com que contingente trabalhar, com quais relações de trabalho, enfim, setores e agentes da economia mais articulados, mais próximos, ainda que não fisicamente, compondo o que se poderia chamar de sistema.

O Norte Fluminense, em que pesem a tecnificação e a expansão, produzia pouco e mal, ficando com um papel subalterno a São Paulo. Segundo Bernardes (2003, p.265), “No Norte Fluminense tudo ocorre, porém, dentro de certos limites: as usinas se renovam tecnicamente, mas a produção de cana não corresponde em quantidade e qualidade”.

Em todo este processo, verificava-se a transferência de uma parte importante das usinas para empresários com interesses fora da região, cujo objetivo era apenas a aquisição de quotas de produção e não propriamente suas instalações industriais.

Deste modo, acontece o deslocamento do Norte Fluminense como grande produtor sucro-alcooleiro, com queda de produtividade de seu principal produto e, conseqüentemente, um forte desemprego sazonal, que lhe impõe um processo de pauperização e de deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades e da região.

Conforme Piquet (2003, p.223):

Desde então a perda de importância do setor sucro-alcooleiro na região é flagrante: apenas 30% do consumo de açúcar do Estado é atendido pela produção regional, sendo o restante abastecido por São Paulo. As refinarias existentes pertencem a produtores paulistas, e a produção de álcool só atende a pouco mais de 10% da demanda do Estado por álcool-hidratado.

CAPÍTULO 2

O Ouro Negro e a (re)estruturação recente do Norte Fluminense

2.1 – A exploração petrolífera como vetor de crescimento econômico

O regime energético exerceu forte importância na emergência do capitalismo industrial. Ainda no século XVII, com a sociedade construída para contar com a energia da madeira, as empresas eram pequenas e sua formação se dava de forma local e no âmbito da propriedade familiar requerendo pouco investimento externo, e os seus produtos eram negociados em mercados geograficamente limitados. Esse regime energético, limitado, de baixo fluxo, baixo ritmo e baixo volume, não estimulava uma mudança qualitativa nas atividades comerciais.

Lentamente o carvão substituiu a madeira, e por volta do ano de 1700 já se iniciava um novo ciclo com o carvão, que viria, logo a seguir, se tornar o principal recurso energético na Inglaterra, chegando no século seguinte a ser utilizado na maior parte da Europa. Difícil de extrair, transportar e armazenar, era considerado um recurso inferior. A exploração das reservas em profundidades maiores, após o esgotamento das reservas nas camadas mais superficiais, fazia-se difícil. Ao alcançar certa profundidade, encontrava-se água e os trabalhos de drenagem tornavam-se um grande obstáculo para fazer chegar o carvão até a superfície. Foi então que, em 1698, Thomas Sarvey patenteou a primeira bomba a vapor permitindo

a elevação das águas do fundo das minas, facilitando aos mineiros a remoção do carvão das camadas mais profundas.

Após chegar à superfície, o carvão era transportado por pesados vagonetes puxados por cavalos. Era um transporte extremamente difícil, visto serem as estradas de terra e, durante o período de chuvas, ficava praticamente impossível. A solução viria com a locomotiva a vapor com rodas de metal, que se tornou uma das primeiras máquinas de força, inaugurando, assim, a era dos combustíveis fósseis (RIFKIN, 2003, p.68).

Os combustíveis fósseis – carvão, mais tarde o petróleo e o gás natural –, como formas mais concentradas de energia, proporcionam a intensificação da produtividade e densidade das atividades econômicas. Um novo ritmo, com maior interatividade, se propaga, promovendo em todos os setores, não só da economia, mas também da cena política e cultural, o surgimento de mecanismos de comando e de controle, centralizados e hierárquicos, para administrar as complexidades de um novo sistema.

Conforme Rifkin (2003, p.82):

As ferrovias e o telégrafo, duas das primeiras indústrias modernas a contar com combustíveis fósseis como fonte de energia, criaram o contexto operacional para novas empresas mais centralizadas e hierárquicas, que viriam a dominar todos os mercados e se tornaram o marco do capitalismo no século XX.

Segundo o historiador de economia Alfred Chandler (apud RIFKIN, 2003, p.83), as estradas de ferro foram as primeiras empresas modernas a separar a propriedade da administração. Nenhuma família, sozinha, poderia arcar com os altos investimentos necessários à construção de uma ferrovia. Este empreendimento efetivava-se sob uma nova classe de administradores profissionais. Elas foram as precursoras da moderna corporação. Por volta de 1890, a estrutura organizacional

das estradas de ferro era notavelmente similar às que viriam a dominar os negócios no século XX.

O transporte rápido, com grande mobilidade, confiável e constante, além das comunicações rápidas, favorecidas pelo telégrafo, proporcionaram às empresas um acesso mais agilizado aos fornecedores, a montante, e aos mercados, a jusante. A indústria, antes sazonal, poderia agora operar 365 dias por ano. As economias de escala como as de velocidade proporcionaram a infra-estrutura para o advento do sistema das indústrias modernas.

A indústria do petróleo tornou-se o maior negócio do mundo e suas cifras, no mundo atual, são calculadas em trilhões de dólares. Para muitos países, o petróleo é o item de maior importância no balanço de pagamentos. Compõe-se de um vasto complexo que inclui campos produtores, plataformas marítimas, milhares de quilômetros de oleodutos, reservatórios gigantes, refinarias, postos de abastecimento, fabricação de produtos derivados desde fertilizantes até plásticos. Segundo Rifkin (2003, p.64-65), “no início do século XX, o petróleo representava menos de 4% da energia do mundo”, nos dias de hoje, cerca de 85% da energia gerada no planeta provêm dos combustíveis fósseis, sendo 40% do petróleo, 22% do carvão e 23% do gás natural.

Os altíssimos investimentos de capital que envolvem o processamento de carvão, petróleo e gás natural levaram à formação de gigantes energéticas, tanto privadas como estatais. No último século, o controle das reservas de energia fóssil foi uma das principais preocupações da indústria e dos governos. Por sua distribuição irregular pelo planeta e por sua importância estratégica para o desenvolvimento das nações, conforme Rifkin (2003, p.7) “Por cinco gerações, geopolítica foi em muitos sentidos um sinônimo de política do petróleo”.

A era do petróleo caracteriza-se, desde seu início, pela economia de escala, com os produtos e as grandes empresas caminhando lado a lado. Hoje o controle sobre a energia global e as atividades econômicas derivadas encontram-se nas mãos de menos de 500 empresas transnacionais, muitas delas ligadas em uma densa rede de relacionamentos independentes. O século XX caracterizou-se por um novo tipo de império, fundado no petróleo e administrado por gigantescas corporações trabalhando, e muitas vezes conflitando com governos nacionais.

No século XIX, no ápice da Revolução Industrial, a expansão da economia faz-se sobre os trilhos de trem, porém o futuro aponta para a auto-estrada, via automóvel. O petróleo, do qual se extrai a gasolina, combustível por excelência, cresce em importância no âmbito mundial, sendo produzido também em países “subdesenvolvidos” latino-americanos, africanos e árabes e, no jogo das negociações com países industrializados, torna-se trunfo poderoso.

Um dos fatores que impulsionaram o petróleo para o centro da vida no planeta foi a invenção do motor a combustão interna, alimentado por gasolina derivada do petróleo. O século XX encontrou no automóvel uma das invenções mais importantes para satisfazer as necessidades de autonomia e mobilidade, vindo a se tornar uma das peças centrais da economia industrial.

No Brasil, a busca por petróleo em nosso território transcende os limites da necessidade econômica. No cerne dos debates e da mobilização em torno da participação do Estado na prospecção, exploração, produção, refino e distribuição do petróleo e seus derivados, está presente o sonho pela soberania, “uma afirmação de nacionalidade, uma aspiração ligada à necessidade de desenvolver e fazer crescer a economia brasileira” (FARIAS, 2003, p.17).

Em 1946, o governo do General Eurico Gaspar Dutra incentiva todas as atividades relacionadas à indústria do petróleo, a partir das idéias preconizadas no Estatuto do Petróleo, que permitia a participação do capital estrangeiro. Acirram-se os debates e inicia-se, então, uma forte campanha, com intensa participação popular, conhecida como “O Petróleo é Nosso”, em defesa da manutenção do controle estatal sobre este bem.

Em 1951, Getúlio Vargas retorna ao poder² por voto popular e, em 3 de outubro de 1953, é assinada a Lei N° 2004 que cria a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras – que teve por objetivo disciplinar o monopólio da União sobre as atividades de pesquisa, lavra, refino e transporte do petróleo, delegando ao Conselho Nacional do Petróleo – CNP – sua fiscalização. Os militares, a partir de 1964, “mantiveram o monopólio do petróleo e elevaram as atividades de pesquisa e lavra petrolífera à categoria de norma constitucional, tornando-as atividades estratégicas a serem tratadas como instrumento de política internacional” (NAVARRO, 2003).

O primeiro poço produtor de petróleo no Brasil localizava-se na cidade de Lobato no estado da Bahia e iniciou sua produção em 1939. Nos anos seguintes, a produção nacional participava com apenas uma pequena parte no consumo interno. Somente na década de 1970, os esforços se intensificaram, com projetos em pesquisa e desenvolvimento na busca de tecnologia própria. Os primeiros resultados ocorreram a partir da descoberta em plataformas *offshore* nos estados de Sergipe, Alagoas e Rio de Janeiro.

Diante da baixa cotação dos preços internacionais, a produção nacional se dava sob níveis baixos de economicidade, tornando mais barato a compra no

² Getúlio Vargas teve um primeiro mandato entre 1930 e 1945 em regime ditatorial.

mercado externo. Por este motivo, os investimentos, ainda que vultosos, haviam se concentrado no refino, na distribuição e no transporte marítimo, para abastecimento das cidades distantes dos centros de refino. Com a crise internacional, ocorrida em 1973, os preços subiram vertiginosamente, com pesados reflexos no balanço de pagamentos, visto a dependência do Brasil pelo fornecimento internacional. Em 1979, eclodiria o segundo choque do petróleo, com os preços chegando a 35 dólares americanos por barril. Todavia, neste momento, já despontava a produção na Bacia de Campos. Em um cenário de gastos elevados com as importações, os esforços exploratórios foram alavancados e, em 1984, a Petrobras já produzia 500.000 barris de óleo por dia.

Neste ano, segundo Caetano Filho (2003, p.52-53), já teriam sido feitas as primeiras descobertas em águas profundas, como os campos de Marlim, Albacora e Marimbá, todos na Bacia de Campos. Ocorreram, nos anos seguintes, novas descobertas em águas de 1.500 a 2.000 metros de profundidade, com a produção diária chegando, no ano de 2002, a 1,52 milhões de barris de óleo por dia.

No ano de 1975, o governo Geisel, no intuito de promover um equilíbrio na balança de pagamentos, tentou incentivar a pesquisa no setor petrolífero em solo nacional, promovendo os “Contratos de Risco” entre a Petrobras e as companhias internacionais de petróleo. Em que pese o fato de os resultados desses contratos terem ficado muito abaixo do esperado, ocorreu uma forte oposição por parte de parlamentares nacionalistas, durante os anos seguintes, que acabou encontrando seu ápice na Constituinte de 1988, ao reafirmar o monopólio estatal, impedindo novos contratos de risco, e restringindo ainda mais a participação do capital estrangeiro na mineração (NAVARRO, 2003).

Em 6 de agosto de 1997, como parte do projeto de abertura da economia, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei Nº 9.478/97, a “Lei do Petróleo”. A Lei do Petróleo significou um marco regulatório que tinha como objetivos estimular a livre concorrência, atrair investidores de risco nacionais e estrangeiros, e regulamentar as participações governamentais sobre a exploração e produção do petróleo e do gás natural, em terra firme e na plataforma continental.

Segundo Navarro (2003),

o desafio no *downstream*³ da indústria petrolífera, a partir dos anos 90, tem sido a adaptação de suas refinarias para processar óleo pesado e grosso, características de grande parte do hidrocarboneto extraído em território nacional, uma vez que nossas refinarias foram projetadas para refinar óleo árabe, mais fino e leve.

De acordo com Santos (2001, p.71), “A configuração do equipamento petrolífero brasileiro revela claramente, nas suas camadas técnicas e nas suas localizações, as especificidades da sua política para o setor”. A localização das unidades de refino de petróleo no Brasil foi definida em um período que antecede sua produção. Projetadas a partir do início do segundo governo Vargas, tinham a finalidade de diminuir a dependência da importação de produtos acabados, derivados do petróleo, em um país que ainda não conhecia suas reservas.

As refinarias construídas após a década de 1960, depois da descoberta de jazidas no Maranhão e no Rio de Janeiro, foram planejadas seguindo o mesmo padrão, dando preferência à proximidade dos pólos mais desenvolvidos, com predomínio das áreas litorâneas. Entre 1951 e 1970 foram construídos 18 oleodutos, dos quais 11 em São Paulo, quatro em Sergipe, dois na Bahia e um no Rio Grande do Sul. Após 1970, outros 58 oleodutos foram construídos, com 21 percorrendo

³ Downstream – -atividades de refino, comercialização e logística.

apenas o estado de São Paulo. O Rio de Janeiro conta hoje com nove dutos que circundam a Bacia de Campos.

Com o crescimento acelerado da produção na Bacia de Campos e a perspectiva de novas descobertas no litoral dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, mais investimentos fazem-se necessários. Assiste-se, assim, nos dias de hoje, a uma nova rodada de negociações no campo político em torno da escolha, pelo governo federal, de um local para a instalação de mais uma unidade de refino, a “RENORTE”, que desperta grande interesse aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A retomada de um projeto nacional para o desenvolvimento, com a participação do Estado, passadas cinco décadas, se dá, todavia, em outro contexto. O processo de privatização, ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, estabeleceu novas formas de participação do Estado nos investimentos. A quebra do monopólio da Petrobras, em 1997, passou a permitir a participação do capital privado, nacional e estrangeiro, no setor petrolífero. O processo de globalização também modificou a própria idéia do Estado-nação, interferindo na autonomia de seus processos decisórios.

Neste novo cenário, conforme Farias (2003, p.35):

O slogan ‘refinaria é nossa’ segue no rastro, literalmente, da discussão sobre petróleo; afinal, durante a campanha, muito se afirmou a posição estrategicamente central do controle do refino por mãos brasileiras para garantir o abastecimento nacional. Porém, os parâmetros da afirmação são outros: assegurada a posição do Estado no setor, trata-se, agora, de disputar, local e politicamente, benefícios para determinadas regiões. Os interesses em jogo se ligam, hoje, muito mais às fronteiras da cidade e da região, da política de alianças e da expectativa de desenvolvimento local do que aos contornos de uma totalidade nacional.

Segundo Ribeiro (apud NASCIMENTO, 1999), o primeiro poço de petróleo na Bacia de Campos foi encontrado em 1958, porém, somente dez anos após,

novas tecnologias tornaram possível a exploração em plataformas marítimas. De posse destes novos conhecimentos, a Petrobras pôde, então, intensificar os trabalhos a partir de 1972. Dois anos depois, foi descoberto o campo de Garoupa, com a perfuração do poço 1-RJS-9A.

Em 25 de novembro de 1974, foi anunciada a descoberta de petróleo no litoral da cidade de Campos dos Goytacazes. Em 1979, após analisar a possibilidade de localizar suas instalações em várias outras cidades, desde Vitória (capital do estado do Espírito Santo) até Angra dos Reis (no litoral sul do estado do Rio de Janeiro), a Petrobras elegeu a cidade de Macaé, como base de operações das suas atividades de prospecção e de produção na recém-descoberta Bacia petrolífera em águas continentais no Norte Fluminense. Desde então, um novo ciclo econômico, baseado nos reflexos diretos e indiretos dos recursos advindos da exploração de petróleo, aconteceu na região.

Predominava, neste período, a concentração do poder de decisão nas mãos do Estado. O regime militar, com o propósito de conduzir o país a uma potência emergente no final do século, desenvolve um conjunto de projetos em infra-estrutura e insumos básicos que “por sua importância estratégica e magnitude econômico-financeira, tornam-se conhecidos pela designação de Grandes Projetos de Investimento – GPI’s” (PIQUET, 2003, p.223).

Ainda segundo Piquet (2003, p.224), o projeto da Base de Operações da Bacia de Campos foi um empreendimento desenvolvido pela Petrobras, empresa estatal que detinha o monopólio de prospecção e exploração das reservas petrolíferas, que se enquadra nessa categoria e não foge à regra do regime autoritário. Os empreendimentos eram definidos em função dos interesses nacionais

e não se levavam em conta os impactos econômicos, sociais, ambientais e locais desses projetos.

Todo o aparato logístico que se instalou no município de Macaé produziu enormes conseqüências em seu espaço territorial, principalmente em seu distrito-sede, com acelerada urbanização e crescimento populacional. As indústrias extrativistas podem ter efeitos pouco benéficos para as economias das regiões onde se instalam. Também as atividades relacionadas à exploração do petróleo, com seus efeitos de encadeamento, podem permanecer como meros “enclaves” na região em que se localizam. Conforme Vainer (1992, p.34) “esses enclaves são implantados na região, não nascem de seu processo de desenvolvimento, não expressam as forças – sociais, políticas e econômicas – endógenas”. Segundo Piquet (2003, p.224), alguns países como Venezuela, Angola, Líbia e Iraque não conseguiram canalizar seus recursos da exploração de petróleo para a geração de riqueza em outros setores de suas economias, em que pesem suas riquíssimas reservas minerais.

2.2 –Os espaços ganhadores na nova dinâmica regional

Contemporaneamente, as práticas espaciais se definem sob os reflexos de uma sociedade cada vez mais dinâmica. Inserido em um contexto de capitalismo global com novas formas de acumulação de capital e da nova economia de mercado, o mundo atual tornou-se dependente da velocidade de circulação dos fluxos – pessoas, mercadorias, serviços, capital e informação – diante da necessidade de atender a interdependência entre os mercados. Este fato acaba por exigir maior articulação entre os setores produtivos, que tendem a se ordenar de forma que se subordina às demandas desse novo modo de produzir.

Neste cenário, torna-se de suma importância uma busca ininterrupta pelas inovações e pelos recursos que conduzam ao desenvolvimento, em que alguns elementos assumem uma posição de destacada importância no processo de adaptação a esta nova conjuntura, dentre eles, o petróleo.

Conforme Souza (2004),

O papel que a indústria petrolífera desenvolve atualmente no mundo vai muito além do desempenho de suas unidades de operação – aparentemente isoladas em alto mar ou na imensidão dos desertos – ou ainda da importância de seus derivados para o consumo. Esta atividade e seus efeitos multiplicadores apresenta a capacidade de interferir diretamente nas dinâmicas sócio-espaciais do lugar em que está estabelecida, em qualquer parte do globo.

No decorrer da década de 1970, as crises causadas pelas elevações dos preços do barril de petróleo tornaram mais claras para o mundo a verdadeira dimensão da importância deste produto e seus derivados, no contexto mundial, ao longo do século XX. Nessa década, os países que detinham a hegemonia na produção, garantida por imensas reservas de um bem de tal valor estratégico, mostraram o poder que desfrutavam em questões geopolíticas relevantes no cenário internacional enquanto donos de poderosa “arma”.

Os vultosos investimentos voltados para pesquisa e desenvolvimento do setor petrolífero no Brasil, a partir de meados do século XX, produziram um grande avanço neste setor, principalmente a partir da década de 1980, com a grande evolução das tecnologias de prospecção em águas profundas e, posteriormente, ultraprofundas.

Como consequência, houve um aumento de suma importância na capacidade de produção, que atinge nos dias atuais mais de 1.500.000 barris de óleo por dia em águas continentais no Norte Fluminense, extraídos de profundidades

próximas de dois mil metros, respondendo por quase 90% de toda a produção nacional.

Pela exploração e produção de petróleo e gás natural dentro dos limites de seu mar territorial, o estado do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses que conformam a “região” da Bacia de Campos recebem uma compensação financeira estabelecida em lei, os *royalties*, cujos critérios de distribuição determinam que 10% do volume total da produção serão distribuídos às esferas federal, estadual e municipal, sendo que 22,5% desse montante se destinam aos municípios.

Os municípios costeiros, confrontantes com os poços de produção, que, por definição de lei, integram a zona de produção principal, recebem um volume de recursos maior do que aqueles que integram a zona de produção secundária ou terciária. Os municípios que compõem a zona de produção secundária são aqueles que abrigam instalações – como portos ou gasodutos – ligadas à atividade petrolífera, enquanto a zona de produção terciária é composta pelos municípios que estão na área de influência geoeconômica das áreas primária e secundária, também sob a influência dos impactos do desenvolvimento da atividade petrolífera na região.

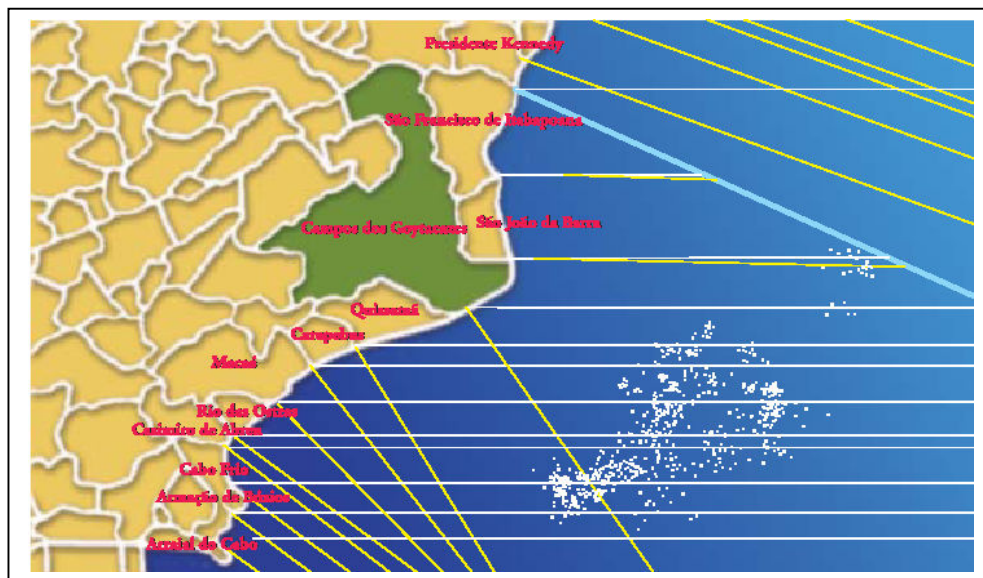
As receitas dos *royalties* atingem valores consideráveis, representando um incremento significativo nos orçamentos das prefeituras dos municípios que compõem a zona de produção principal, chegando a alcançar, em alguns casos, mais de 50% da receita correspondente aos orçamentos anuais (SOUZA, 2004). Entretanto, os municípios que compõem as zonas secundárias e terciárias não recebem um volume de recursos da mesma importância.

Os municípios classificados como pertencentes à zona de produção principal, ou municípios produtores, são aqueles cuja localização física se enquadra dentro dos limites das linhas paralelas ou ortogonais traçadas a partir das linhas de

seu território, o que lhes confere uma relação de contigüidade com a área marítima onde estão localizados os poços produtores.

A Figura 2 ilustra os critérios de “linhas ortogonais” e “linhas de bases retas” que definem os municípios confrontantes, beneficiados com o pagamento de *royalties*.

Figura 2 - Critérios para definição dos municípios confrontantes – Bacia de Campos



Fonte: ANP

A chegada dos *royalties* associada ao crescimento acelerado da produção de petróleo na Bacia de Campos, além do “determinismo físico presente na definição dos municípios produtores” (SERRA & PATRÃO, 2003, p.201), fizeram germinar “sementes de competição intra-regional” (PIQUET, 2003, p.225). Como consequência, verificou-se um movimento emancipacionista com a criação de novos municípios, desmembrados de áreas de municípios antigos que integram a zona de produção principal. No Norte Fluminense, Cardoso Moreira (desmembrado do município de Campos dos Goytacazes), Quissamã (desmembrado do município de Macaé), Carapebus (desmembrado do município de Macaé), São Francisco de Itabapoana (desmembrado do município de São João da Barra); na região das

Baixadas Litorâneas, Armação dos Búzios (desmembrado do município de Cabo Frio) e Rio das Ostras (desmembrado do município de Casimiro de Abreu).

Em um segundo momento, verifica-se uma redefinição das alianças locais. Há a criação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – OMPETRO que congrega nove municípios de diferentes regiões de governo, sendo cinco da região Norte Fluminense e quatro das Baixadas Litorâneas.

Desde o início das atividades de exploração de petróleo, na década de 1970, na Bacia de Campos, as unidades produtivas têm-se multiplicado em alto mar. Essas unidades se traduzem em investimentos que possibilitam à Petrobras extrair petróleo, contando com cerca de 90 plataformas em operação. Deste modo, ocorreu naturalmente uma atração por parte de empresas especializadas em dar apoio a atividades *offshore*, que encontraram na região um novo pólo de desenvolvimento no setor, instalando-se na sub-região de Macaé ou em suas proximidades.

As atividades petrolíferas e para-petrolíferas, que se assentam em vultosos investimentos, se caracterizam, também, pela geração de empregos diretos para uma mão-de-obra de alta qualificação com salários mais elevados. Todavia, este setor também é responsável, ainda que em uma escala menor, pela geração de empregos diretos de uma qualificação mais baixa.

Diante de tal cenário verificou-se inevitavelmente uma situação de atração de mão-de-obra para diferentes classes. Nela se enquadram profissionais de boa remuneração – que acabam por formar uma classe alta ou média-alta com alto poder aquisitivo – até um perfil de menor qualificação com remuneração mais baixa, aqueles que ocupam posições profissionais de menor expressão, como também os sem qualificação, que acabam por não conseguir inserção no mercado de trabalho.

Este incremento populacional reproduz uma situação econômica que se reflete diretamente na distribuição do espaço regional por meio do fenômeno da segregação espacial, quando aqueles pertencentes às camadas sociais desfavorecidas vão ocupar espaços desvalorizados, agrupando-se em bairros pobres ou em favelas, passando a ter um espaço de circulação restrito. Em contrapartida, os pertencentes às camadas sociais privilegiadas tendem a ocupar imóveis ou condomínios de luxo, em áreas valorizadas, mais próximas das amenidades naturais e onde se encontra, mais facilmente, a maior parte dos recursos públicos.

Todavia, a abertura de novos postos de trabalho significou um importante aumento na circulação financeira da região e, por conseqüência, um rápido aparecimento de novos atores em setores da economia, como comércio e serviços.

A presença de migrantes, nacionais e estrangeiros, atraídos pelo crescimento da economia na região promoveu uma mudança nos padrões de consumo regional que se evidencia pela emergência de uma cultura econômica moderna, com a instalação de grandes redes de supermercados, restaurantes, e *shopping-centers* (SOUZA, 2004).

A Petrobras, ao se instalar na praia de Imbetiba, tornou a cidade de Macaé um centro de apoio logístico da atividade *offshore*, passando com isso a atrair, não só a maioria das empresas ligadas especificamente à atividade petrolífera na região, como também empreendimentos decorrentes do desenvolvimento local, com fortes reflexos em sua área de influência, principalmente na cidade de Rio das Ostras. Em conseqüência, a presença de novos grupos de influência, ligados a atividades empresariais urbanas, reproduz o surgimento de locais mais “afeitos ao moderno” em um espaço regional historicamente voltado para atividades tradicionais.

Em contraste, encontra-se na região a presença viva de grupos tradicionais ligados a atividades agrárias, com destaque para a atividade canavieira. O município de Campos dos Goytacazes, por exemplo, tem demonstrado dificuldades para uma reconversão econômica, mantendo ainda hoje uma estrutura social, política e econômica voltada para atividades agropastoris. Diante disso, em que pese o fato de Campos dos Goytacazes ainda ser a principal cidade do Norte Fluminense, vem, gradativamente, perdendo espaço para a cidade de Macaé.

Conforme Ajara(2005),

A Mesorregião Norte Fluminense se estruturou em função de uma atividade agrária importante – o cultivo da cana-de-açúcar, associado ao processamento local de matéria-prima. O cultivo e a transformação da cana-de-açúcar passaram, ambos, por uma evolução tecnológica que alcança mais expressão na fase de consolidação de um setor sucroalcooleiro que não atingiu, contudo, os níveis de modernização, eficiência e competitividade observados em outras áreas canavieiras nacionais..

Alguns municípios, como Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo, apresentam reconhecidamente vocação econômica para o turismo, não demonstrando interesse pelas atividades de apoio à produção petrolífera. Esses municípios direcionam os recursos advindos dos *royalties* para os investimentos em infra-estrutura, fortalecendo cada vez mais as atividades voltadas para o turismo e o lazer. Um novo contexto socioeconômico e político se apresenta, então, sugerindo uma nova análise da hierarquia urbana da Bacia de Campos e, mais particularmente, do Norte Fluminense, à medida que Macaé e Rio das Ostras se desenvolvem com rapidez ao abrigar serviços e atividades que tendem a produzir uma mudança do centro de gravidade da região, historicamente voltado para Campos dos Goytacazes (SOUZA, 2004).

O pagamento de *royalties* sobre a produção de petróleo e gás natural é uma compensação financeira estabelecida pela Lei 2004/53, que criou a Petrobras, e

definiu que, dos valores da produção em terra firme, 4% deveriam ser pagos aos estados e 1% aos municípios que abrigassem o espaço territorial onde se realizasse a lavra (PIQUET, 2003, p.128).

Após o início da produção em plataforma continental, a obrigatoriedade do pagamento de indenizações pela produção marítima de óleo, xisto betuminoso e gás natural ficou estabelecida nos mesmos 5% pela Lei 7.453 de 27 de dezembro de 1985, que introduziu os conceitos de região geoeconômica e da extensão dos limites territoriais dos estados e municípios costeiros em plataforma continental.

Desde então, as leis que regem os repasses dessas indenizações financeiras têm sido modificadas, com grandes reflexos nos volumes de recursos a que fazem jus estados e municípios. O artigo 47 da Lei 9.478 de 6 de agosto de 1997 – Lei do Petróleo, que revogou a Lei 2.004 de 1953 e criou a Agência Nacional de Petróleo, ANP – estabeleceu uma alíquota básica dos *royalties* igual a 10%. O artigo 48 da mesma Lei mantém os critérios para distribuição correspondente à parcela de 5%; e, em seu artigo 49 estabeleceu uma forma diferenciada de distribuição para a parcela acima de 5%.

A distribuição é feita entre os municípios definidos em lei como confrontantes com o poço de produção (municípios produtores), os municípios pertencentes às áreas geoeconômicas dos municípios produtores, os municípios que abrigam em seus espaços territoriais instalações de embarque e desembarque, o Ministério da Marinha e para a constituição de um Fundo Especial a ser distribuído entre todos os estados, territórios e municípios pertencentes à Federação.

Para a parcela de 5% o artigo 48 da Lei do Petróleo estabelece que a parcela do valor dos *royalties* que representa 5% do valor da produção será

distribuída à União, aos estados e municípios confrontantes com o poço produtor, segundo os critérios da Lei nº 7.990/89.

O Decreto nº 01/91, que regulamentou a Lei nº 7.990/89, estabelece que, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, os 5% sobre o valor da produção de petróleo e gás natural serão distribuídos da seguinte forma:

- 30% aos estados confrontantes;
- 10% aos municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de petróleo ou gás natural;
- 30% aos municípios confrontantes e suas respectivas áreas geoeconômicas;
- 20% ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas dessa área; e
- 10% para constituir um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os estados, territórios e municípios pertencentes à União.

O arcabouço legal que disciplina a distribuição referente à parcela de 5% (cinco por cento) faz referência a três conceitos de suma importância e da competência do IBGE: (I) a confrontação de estados litorâneos com poços produtores localizados na plataforma continental (limites interestaduais); (II) a confrontação de municípios litorâneos com poços produtores localizados na plataforma continental (limites intermunicipais); (III) áreas geoeconômicas.

Cabe ao IBGE definir as projeções na plataforma continental brasileira dos limites interestaduais e intermunicipais, sendo que, para cumprir este objetivo, adota o método de linhas de base retas.

A área geoeconômica é identificada a partir de critérios referentes às atividades de produção de uma dada área petrolífera marítima e aos impactos

dessas atividades sobre as áreas vizinhas. O IBGE adotou como critério de identificação de área geoeconômica a mesorregião homogênea, que vigorou de agosto de 1986 até dezembro de 1989 e, a partir de então, a mesorregião geográfica dos municípios integrantes da zona de produção principal, resguardando os direitos das unidades beneficiadas com a aplicação do critério anterior.

Exemplificando, o município de Campos dos Goytacazes é confrontante com um determinado poço produtor e pertence à mesorregião Norte Fluminense. Daí decorre que todos os municípios dessa mesorregião, além daqueles outros municípios também confrontantes (Macaé, Rio das Ostras e todos os demais), estarão enquadrados como pertencentes à mesma área geoeconômica. Logo, farão jus à parcela de 5% dos *royalties* pagos pela produção de petróleo e gás natural.

Um município será classificado como pertencente à zona de produção principal, ou seja, “confrontante”, quando o poço petrolífero se enquadrar no interior de suas projeções ortogonais, ou paralelas. O rateio será feito, considerando-se a produção de cada poço, entre os municípios confrontantes e a cada um caberá a quota parte proporcional à sua população. Seguindo o mesmo critério será feito o rateio para os municípios pertencentes à zona de produção secundária.

A parcela que excede os 5% da distribuição dos *royalties* de petróleo segue os critérios estabelecidos pela Lei 9.478/97 e do Decreto 2.705/98, que estabelece o confrontamento de estados e municípios com o campo produtor. O artigo 49 assim discrimina:

- 22,5% aos estados confrontantes com campos produtores;
- 22,5% aos municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de petróleo ou gás natural;

- 7,5% aos municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural;
- 25% ao Ministério da Ciência e Tecnologia;
- 15% ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas dessa área; e
- 7,5% para constituir um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os estados, territórios e municípios da União.

O caput do artigo 20 do Decreto nº 01/91 dispõe sobre o confrontamento dos estados e municípios.

- Artigo 20- “No cálculo da compensação financeira incidente sobre o valor do óleo de poço ou xisto betuminoso e do gás natural extraído da plataforma continental, consideram-se como confrontantes com poços produtores os estados e municípios contíguos à área marítima delimitada pelas linhas de projeção dos respectivos limites territoriais até a linha de limite da plataforma continental, onde estiverem situados os poços”.
- Decreto nº 93.189/86, que regulamentou a Lei nº 7525/86, em seus artigos 4 e 5 define que os limites estaduais são projetados segundo a linha geodésica ortogonal à costa, enquanto que, para os limites municipais, além da linha geodésica ortogonal, também é considerada, para a sua projeção, a linha paralela definida como “paralelo”.
- Artigo 4 – “Os limites dos estados e dos territórios serão projetados segundo a linha geodésica ortogonal à costa, enquadrando estas projeções às dos limites municipais”.
- Artigo 5 – “Os limites dos municípios confrontantes serão projetados segundo o paralelo, além da linha geodésica ortogonal à costa, mantendo-se as respectivas projeções no enquadramento das projeções dos estados e dos territórios”.

As participações especiais propiciam uma arrecadação adicional de *royalties*, incidente sobre os campos com grande volume de produção ou grande rentabilidade, o que ocorre principalmente em períodos de preços elevados. O cálculo dos *royalties* se baseia na receita bruta e tem uma periodicidade mensal, enquanto que a PE é calculada trimestralmente, incidindo sobre o lucro do campo produtor. Para a apuração de seus valores, deduzem-se os valores dos *royalties*, os

investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação, e os tributos na legislação em vigor, conforme o parágrafo primeiro do artigo 50 da Lei do Petróleo.

Os recursos definidos como Participações Especiais, prevista pelo parágrafo segundo da mesma Lei, se distribuem na seguinte proporção:

- 40% – Ministério das Minas e Energia, para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica, aplicados à prospecção de petróleo e gás natural;
- 10% – Ministério do Meio Ambiente, para estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente, e a recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;
- 40% – Estados confrontantes com campos produtores; e
- 10% – Municípios confrontantes com campos produtores.

No Norte Fluminense o crescimento acelerado da produção de petróleo, a forma concentrada de ocorrência das jazidas atreladas aos nexos de distribuição dos *royalties*, que privilegiam a localização física, transformaram a questão dos repasses desses valores em uma questão regional (SERRA & PATRÃO, 2003, p.185). Muitos são os argumentos que norteiam os debates sobre os seus fundamentos mais importantes. Porém, para fins deste trabalho, a dissertação vai se ater, resumidamente, àqueles que se referem ao adensamento urbano e aos que mencionam o aspecto finito das jazidas.

Conforme já mencionado, as atividades de produção e exploração de petróleo assentam-se em vultosos investimentos e interferem de forma relevante nas dinâmicas socioespaciais das localidades onde se instalam, gerando forte atração de mão-de-obra, produzindo um fluxo migratório que se reflete nos efetivos

populacionais, aumentando de maneira extraordinária a demanda por serviços públicos e infra-estrutura.

Este adensamento urbano, causado pelas atividades petrolíferas e as novas e fortes demandas que lhe são próprias, tem sido um dos argumentos utilizados para justificar o pagamento de *royalties* às unidades subnacionais, estados ou municípios, que as acolhem e sofrem os impactos causados pelos processos de implantação de suas instalações. No caso da região Norte Fluminense, o município de Macaé insere-se nessa situação.

Um segundo motivo para o pagamento dessas indenizações seria uma forma de compensação diante da perspectiva de esgotamento das reservas, o que conduz à necessidade de aplicação de recursos em diversificação produtiva nas regiões petrolíferas.

Todavia, os impactos relativos ao adensamento urbano também ocasionam uma elevação das atividades econômicas, pela presença de novos atores, o que acaba produzindo um aumento do fluxo de capital e, conseqüentemente, da renda local. Em decorrência desses fatores, ocorre maior arrecadação por aumento da base tributária. No dizer de Leal & Serra (2003, p.170), “(...) se uma região é intensamente impactada pela atividade petrolífera, maior será, *ceteris paribus*, seu esvaziamento econômico quando do fim das reservas”; logo, o que aponta para a justiça do pagamento de *royalties* às regiões produtoras que sofrem estes adensamentos é a previsibilidade de perdas de capitais e pessoas, pela qualidade finita desses impactos, ocasionada pela exaustão de um recurso não renovável.

Os mesmos autores refletem sobre a existência de um claro fundamento para que se destine parte destes recursos em ativos de longo prazo e em diversificação do tecido produtivo dessas regiões, e destacam:

O melhor uso de parte das receitas provenientes dos *royalties* deve ser aquele em prol de uma diversificação produtiva nas regiões petrolíferas e em suas áreas de influência, com a finalidade de garantir a permanência da capacidade de promoção de uma dinâmica autóctone de desenvolvimento.

Segue-se ainda uma terceira justificativa, presente nos debates, que enseja a geração de receitas provenientes da produção de petróleo, em favor das regiões produtoras, também ligada ao fato de tratar-se de um recurso finito, fato este que privaria as gerações futuras de contar com essa fonte de energia.

Um ponto destacado por diversos autores é a ausência de vinculação destas receitas no que se refere às instâncias subnacionais (estados e municípios). A lei 7990/89 apenas veda a aplicação dos recursos em pagamentos de dívidas do município e no custeio da máquina administrativa.

Nos dias atuais, a produção de petróleo no Brasil alcança níveis mais altos do que em muitos países membros da OPEP, como a Argélia e o Qatar, por exemplo. A Bacia de Campos, com uma produção superior a 85% da produção nacional, coloca-se no grupo das regiões mais importantes da economia mundial do petróleo.

Com a obrigatoriedade dos pagamentos de *royalties* estabelecida em lei, os municípios confrontantes com os poços da Bacia de Campos, ou seja, aqueles classificados como “produtores”, têm tido um aporte de recursos financeiros expressivos.

Deste modo, alguns municípios da região Norte Fluminense, como Campos dos Goytacazes, Macaé e Quissamã, concentram recursos advindos do pagamento de *royalties* que os colocam em posição privilegiada quando observamos a relação de “*royalties* e participações especiais acumulada no ano”, ficando os três municípios entre os quatro mais bem posicionados.

Conforme dados da Tabela 2.1, dentre os dez municípios que mais se beneficiam do recebimento de *royalties* no Brasil, oito estão localizados na área de influência da Bacia de Campos.

Tabela 2.1- Os dez maiores beneficiários do Brasil e *royalties* per capita – 2000

Posição	UF	Municípios	Acumulado no ano	População	Royalties per capita
1	RJ	Campos dos Goytacazes	94.025.373,95	406.989	231,03
2	RJ	Macaé	67.461.252,65	132.461	509,29
3	RJ	Rio das Ostras	36.510.215,78	36.419	1.002,50
4	RJ	Quissamã	25.077.088,71	13.674	1.833,92
5	RJ	Cabo Frio	23.371.221,04	126.828	184,27
6	SP	São Sebastião	16.341.118,36	58.038	281,56
7	AM	Coari	15.449.356,06	67.096	230,26
8	RJ	São João da Barra	12.263.029,70	27.682	443,00
9	RJ	Armação dos Búzios	12.071.332,24	18.204	663,11
10	RJ	Casimiro de Abreu	11.547.893,15	22.152	521,30

Fontes: Agência Nacional de Petróleo -ANP. ; IBGE.

Quatro fatores recentes fizeram com que esses repasses sofressem um forte crescimento: a elevação da produção, a elevação dos preços do petróleo, a desvalorização cambial e, mais significativamente, as mudanças na legislação durante os últimos 15 anos, principalmente após a promulgação da Lei do Petróleo, em 1997, que tornaram as receitas de estados e municípios mais volumosas. A Tabela 2.2 assinala a progressão dos valores pagos ao estado do Rio de Janeiro e o total pago aos seus municípios entre os anos de 1994 e 2001.

Tabela 2.2 – Evolução da distribuição de *royalties* no estado do Rio de Janeiro, segundo beneficiários – 1994-2001 (R\$ mil)

Beneficiário	Ano							
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Estado	14.450	22.626	29.176	38.618.	55.942	190.041	367.806	461.458
Municípios do Estado	15.473	24.506	31.641	41.986	60.652	206.708	397.059	497.353

Fonte: Agência Nacional de Petróleo - ANP.

As lideranças locais percebem, então, a necessidade de um comportamento político mais cooperativo, para a defesa dos interesses dessa “região”. Este fato dá ensejo à criação da OMPETRO congregando, no ato de sua constituição, os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras (pertencentes à região das Baixadas Litorâneas) e, Campos do Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra (pertencentes à região Norte Fluminense). Desses, apenas Carapebus não aparece no *ranking* dos dez maiores beneficiários, no ano de 2000.

Conforme Piquet (2003, p.226), “a região de governo referida como Norte Fluminense, corresponde a um recorte regional anterior, que toma como referência a produção sucro-alcooleira” e se compõe dos municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

A definição de “municípios produtores de petróleo”, que são aqueles confrontantes com os poços de produção, não contempla os municípios mais interioranos, o que conduz a uma exclusão dos municípios de Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana e acaba por promover uma redefinição das alianças políticas locais.

Uma comparação dos valores de *royalties* per capita entre os municípios que compõem a região da OMPETRO (exibidos na Tabela 2.1) e alguns municípios brasileiros permite aquilatar a importância desses recursos. Por exemplo, de acordo com Piquet (2003, p.225), no ano de 2001, o município de Belém registrou um orçamento per capita da ordem de R\$ 394,00; Niterói ficou com R\$ 780,00 e São Paulo com R\$ 912,00. Segundo Rodrigo Serra, para o mesmo ano, o orçamento anual médio per capita dos municípios brasileiros foi de R\$ 575,00. Para o período 2002/2003, segundo o mesmo autor, o município de Quissamã alcança um orçamento anual per capita de R\$ 6.814,00, Carapebus R\$ 4.365,00, Armação dos Búzios R\$ 3.050,00, Macaé R\$ 2.492,00, Casimiro de Abreu R\$ 2.262,00 e Campos dos Goytacazes R\$ 1.113,00.

Figura 3 - Municípios que compõem a OMPETRO



Fonte: IBGE

Nesta “nova região” representada na figura 3, pode-se destacar localidades com diferentes potencialidades. Os municípios de Cabo Frio, Rio das Ostras, Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu possuem forte vocação turística. Campos dos Goytacazes, Quissamã e São João da Barra concentram suas potencialidades na agroindústria. Apenas Macaé apresenta-se realmente vinculado às atividades petrolíferas. Nos demais, é praticamente inexistente a participação de empresas no setor que representa o principal vetor da economia regional, deixando entrever um descompasso tecnológico e gerencial entre o complexo petrolífero e a economia dos demais municípios, o que significa, segundo Piquet (2003, p.231): “Um *gap* entre as ambições das lideranças regionais e as características atuais da estrutura econômica, que se manifesta em um baixo grau de confiança e de cooperação, entre os atores locais”.

A construção de uma refinaria, importante por atender as necessidades do país no *downstream* do petróleo, defendida pelo governo estadual e pelas autoridades locais, principalmente aquelas que atuam no âmbito da OMPETRO, suscita alguns questionamentos. Segundo Piquet (2003, p.233), a implantação de uma refinaria “colocaria a região cada vez mais subordinada à dinâmica do petróleo”, distanciando-a de uma trajetória de desenvolvimento local endógeno.

Segundo a geógrafa Maria do Carmo Galvão (apud MONIÉ, p.279), em função de um modelo histórico, segundo o qual o desenvolvimento do Rio de Janeiro “passava” pelo desenvolvimento do Brasil, a economia fluminense tornou-se dependente dos investimentos industriais, considerados estratégicos para o país. A sedução por grandes obras e seus efeitos multiplicadores permanece viva no estado como, por exemplo, o porto de Sepetiba. Contudo, investimentos similares na Europa e alguns países produtores de petróleo, nas décadas de 1960 e 1970, não

alcançaram as expectativas de alavancagem do desenvolvimento regional. Venezuela, México e Argélia são exemplos de países que abrigam grandes projetos industriais petrolíferos com graves problemas sociais e ambientais.

A quebra do monopólio para exploração de petróleo em 1997, até então pertencente à Petrobras, propiciou a entrada de grandes empresas internacionais, o que acarretou uma grande queda no índice de nacionalização das encomendas de equipamentos para o setor. Este cenário de crescente competitividade deu origem à Organização Nacional das Indústrias do Petróleo – ONIP, que nasce com a atribuição de defender a participação das empresas já instaladas no Brasil no setor petrolífero. Deste modo, o “diálogo de iguais” no mundo do petróleo acontece em instâncias superiores.

CAPÍTULO 3

Um foco nos municípios de Campos dos Goytacazes e de Macaé

A participação da atividade petrolífera na economia dos municípios do Norte Fluminense foi um fato transformador para uma região, cuja reprodução do espaço esteve sempre vinculado à economia canavieira. Com a presença da Petrobras, Macaé marca uma nova etapa do seu desenvolvimento. Uma ascensão econômica que a diferencia de seu entorno, evoluindo de uma economia pesqueira e pecuarista para um contexto industrial de alta tecnologia, torna Macaé pólo de atração regional.

Campos dos Goytacazes, com uma economia ancorada pela atividade sucro-alcooleira, além de indústrias do setor alimentício, é um tradicional centro de desenvolvimento da região. O setor de serviços oferece oportunidades para grande parte da população economicamente ativa atendendo às populações da maioria dos outros municípios.

Conforme Carvalho e Totti (2003, p.301):

Tendo em vista que as atividades econômicas e a população não se distribuem de maneira homogênea no espaço, algumas localidades destacam-se por sua maior concentração econômica e demográfica, desempenhando o papel de pólos de desenvolvimento ou de lugares centrais.

Deste modo, será feita uma análise na escala local, destacando os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, visto que os demais municípios da região, mais voltados para a atividade agrícola, apresentam menor grau de

desenvolvimento econômico do que aqueles voltados para indústria, comércio e serviços. Com vistas a uma caracterização socioeconômica, será feita uma análise comparativa entre os anos de 1991 e 2000, focalizando os aspectos demográficos, os da infra-estrutura, os da renda por faixa de salário, os do emprego por setor da economia e o dos domicílios em áreas de favelas.

3.1 - As transformações no perfil socioeconômico

Segundo Denise Terra (2004, p.9):

O crescimento demográfico dos municípios da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos foi mais expressivo do que o do Estado do Rio de Janeiro e o do Brasil entre 1991-2000. No entanto, este crescimento não se deu de forma homogênea, tornando-se um primeiro indicador da dinâmica desigual entre os municípios desta área. (...) Os municípios integrantes da Região de Governo denominada Baixadas Litorâneas (...), apresentou um crescimento demográfico mais significativo do que os municípios pertencentes à Região Norte Fluminense.

A região Norte Fluminense, cujos municípios costeiros pertencem a esta zona de produção principal, apresentou entre os Censos Demográficos de 1991 e 2000, uma taxa anual de crescimento de sua população da ordem de 1,51%. O crescimento populacional desta região, segundo Ervatti (2003, p.92), “caracteriza-se por apresentar municípios com altas taxas de crescimento, como Macaé, Carapebus e Quissamã (mais de 3% ao ano), e outros com baixo crescimento ou mesmo perda populacional, como o município de Cardoso Moreira (-018% ao ano)”. Apresenta também no ano de 2000 uma taxa de urbanização superior à média nacional.

Com base nas tabelas 3.1 e 3.2 será feita uma análise comparativa dos aspectos demográficos, para o período assinalado, entre os municípios e o estado do Rio de Janeiro.

Tabela 3.1 – População residente, por situação do domicílio, segundo Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e distrito de Macaé – 1991

Unidade da Federação, mesorregião, municípios e distrito	População residente				
	Total	Situação do domicílio			
		Urbana		Rural	
		Total		Total	
		Nº	%	Nº	%
Rio de Janeiro	12.807.706	12.199.641	95,25	608 065	4,75
Mesorregião					
Norte Fluminense	611.576	484.346	79,20	127.230	20,80
Municípios					
Campos dos Goytacazes	389.109	324.667	83,44	64.442	16,56
Macaé	100.895	89.336	88,54	11.559	11,46
Distrito					
Macaé (diástrito sede)	58.664	57.658	98,29	1.006	1,71

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991

Tabela 3.2 - População residente, por situação do domicílio, segundo Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e distrito de Macaé – 2000

Unidade da Federação, Mesorregião, Municípios e Distrito	População residente				
	Total	Situação do domicílio			
		Urbana		Rural	
		Total		Total	
		Nº	%	Nº	%
Rio de Janeiro.....	14 391 282	13 821 466	96,04	569 816	3,96
Mesorregião					
Norte Fluminense.....	698 783	594 713	85,11	104 070	14,89
Municípios					
Campos dos Goytacazes.....	406 989	364 177	89,48	42 812	10,52
Macaé.....	132 461	126 007	95,13	6 454	4,87
Distrito					
Macaé (distrito sede).....	123 990	122 307	98,64	1 683	1,36

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Na comparação dos efetivos populacionais, entre os anos de 1991 e 2000, nos municípios da região observa-se uma elevação considerável no município de Macaé com um crescimento populacional próximo de 32%. Segundo dados do IBGE, este município apresenta a maior taxa média anual de crescimento populacional do Norte Fluminense no período, 3,91%. Destaca-se ainda uma concentração populacional, em seu distrito sede, que acomoda mais de 90% do total da população do município que, em 2000, alcança 132.461 habitantes.

Considerando a forte atração exercida pela atividade petrolífera neste município e o seu crescimento demográfico inferior a Cabo Frio (6,17%), Armação dos Búzios (6,33%), Rio das Ostras (8,07%), Denise Terra (2004, p.10) sugere que a alta especulação imobiliária em Macaé pode estar levando os trabalhadores a morar em municípios vizinhos.

Campos dos Goytacazes apresenta uma taxa média de crescimento anual de sua população de 0,89%, inferior à média regional. Conforme Terra (2004), é um crescimento reduzido se comparado aos municípios da zona de produção principal da Bacia de Campos e da “expectativa de vultosos investimentos diante do volume de *royalties* e participações especiais recebidos”. Acompanhando a tendência regional, observa-se também, neste município, uma perda significativa de efetivo populacional na área rural, próxima de 35%.

Conforme dados do IBGE, no que se refere ao deslocamento intra-estadual de população, entre os anos de 1995 e 2000, Campos dos Goytacazes recebeu um total de 8.358 habitantes originários das diversas regiões do estado do Rio de Janeiro, enquanto Macaé recebeu 11.572 imigrantes. Segundo Ervatti (2003, p.123), no Norte Fluminense os imigrantes ocupados, no Censo 2000, representavam 41%

do total, entre os inativos contava-se 49%, e 9,9% encontravam-se à procura de emprego.

Ainda segundo Ervatti (2003, p.93):

Os movimentos migratórios intraestadual resultaram em um saldo negativo para o Norte Fluminense. A meso das Baixadas foi a grande responsável por este resultado. (...) aqueles que moravam no Norte Fluminense em 1995 e em 2000 residiam nas Baixadas, somavam 8891 pessoas; enquanto que os que saíram das Baixadas para morar no Norte fluminense somavam 2.043 pessoas. Não fossem os imigrantes vindos da Metropolitana Rio, a perda poderia ser ainda maior.

Com relação à infra-estrutura, Segundo o IBGE, o crescimento do serviço de abastecimento de água por rede geral, o de coleta de lixo e o de esgotamento sanitário ligado à rede geral ou por fossa séptica, ocorreu em todas as regiões do País, porém de forma desigual.

As Regiões Sudeste e Sul, no ano de 2000, foram as que continuaram apresentando os melhores percentuais de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água – 88,3% e 80,1%, respectivamente. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os percentuais mais baixos – 48% e 64%, respectivamente. Na Região Sudeste houve um avanço na área rural de domicílios abastecido por rede geral, passando de 11,17% em 1991 para 22,2% em 2000.

Na coleta de lixo, no período entre os levantamentos de 1991 e 2000, nas Regiões Sudeste e Sul, os percentuais alcançaram 90,3% e 83,6%, respectivamente. Observando-se apenas as áreas urbanas, estas mesmas regiões registraram percentuais ainda mais altos – 96,4% no Sudeste e 97,2% no Sul. Os altos custos de coleta de lixo na área rural levam a que os municípios, nessas áreas, lancem mão da opção de enterrá-lo ou queimá-lo. Em 1991, o lixo enterrado na área rural representava 31,6%. No ano de 2000 esta proporção aumentou para 52,5%.

Da mesma forma que nos serviços de abastecimento de água e coleta de lixo, o serviço de esgotamento sanitário para domicílios ligados à rede geral de coleta ou com fossa séptica também apresenta os melhores percentuais nas Regiões Sul e Sudeste, porém, com números menos elevados. A Região Sudeste apresenta uma elevação de 74,0% em 1991 para 82,3% no ano de 2000, enquanto a Região Sul registra 53,4% em 1991 e 63,8% em 2000. Os domicílios que não dispõem de instalação sanitária, no conjunto do país, alcançam na área rural um percentual de 35,0%.

As tabelas 3.3 e 3.4 apresentam os dados relativos à prestação destes serviços públicos, nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e no distrito sede de Macaé.

Tabela 3.3 - Domicílios particulares permanentes segundo abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, por Unidade da Federação, Mesorregião, Município e Distrito – 1991

Unidade da Federação, Mesorregião, Municípios e Distrito	Domicílios particulares permanentes						
	Total	Abastecimento de água		Coleta de lixo		Esgotamento sanitário	
		Rede geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Direta	Indireta	Rede Geral	Fossa Séptica
		%	%	%	%	%	%
Unidade da Federação							
Rio de Janeiro	3.454.962	83,42	13,63	71,22	5,99	43,78	25,55
Mesorregião							
Norte Fluminense	152.745	64,05	32,72	62,28	1,25	32,55	14,17
Município							
Campos dos Goytacazes	95.749	65,58	31,36	65,37	0,95	26,99	16,17
Macaé	26.126	83,25	14,10	76,75	1,91	63,07	8,88
Distrito							
Macaé	15.213	93,76	3,90	86,16	1,77	70,07	10,82

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991

Tabela 3.4 - Domicílios particulares permanentes segundo abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, por Unidade da Federação, Mesorregião, Município e Distrito – 2000 –

Unidade da Federação, Mesorregião, Municípios e Distrito	Domicílios particulares permanentes 2000						
	Total	Abastecimento de água		Coleta de lixo		Esgotamento sanitário	
		Rede geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Direta	Indireta	Rede Geral	Fossa Séptica
		%	%	%	%	%	%
Unidade da Federação							
Rio de Janeiro	4.253.763	83,22	13,82	84,83	8,39	62,51	21,64
Mesorregião							
Norte Fluminense	196.117	67,98	30,15	81,22	2,05	39,90	21,48
Município							
Campos dos Goytacazes	112.037	67,73	30,85	86,09	1,10	34,64	27,05
Macaé	38.007	89,39	8,32	91,84	1,80	66,58	15,41
Distrito							
Macaé	35.490	92,28	5,52	94,27	1,68	70,81	14,11

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Com relação ao abastecimento de água ligado à rede geral, observa-se nas tabelas 3.3 e 3.4 que o município de Macaé destaca-se com os melhores índices. No ano de 1991 iguala-se ao estado do Rio de Janeiro com percentual levemente superior aos 83%, superando-o no ano de 2000 com um índice de 89,39%, enquanto o índice do estado manteve-se no mesmo patamar. Com relação à região, Macaé apresenta índices bem superiores tanto no ano de 1991 quanto no ano de 2000, com um incremento, neste período, próximo de 60% no número de domicílios com abastecimento pela rede geral. Deve-se ressaltar, como veremos mais adiante, que Macaé obteve um acréscimo de domicílios em favelas, sem infra-estrutura, fato que não comprometeu seus percentuais elevados de domicílios atendidos pela rede

geral. Para os domicílios atendidos por poço ou nascente nota-se uma significativa redução de 14,10% para 8,32% no período em análise.

Quanto à coleta de lixo, nota-se que, entre os anos de 1991 e 2000, este serviço teve uma significativa melhora na região, passando a apresentar percentuais mais próximos daqueles do estado, que registrou 84,43%. A coleta direta que, em 1991, atendia 95.122 domicílios (62,28%), no ano de 2000 passa a atender 159.289 (81,22%) de um total de 196.117 unidades.

Em 1991, Campos dos Goytacazes apresentou um índice de 65,37% de domicílios atendidos pela coleta direta, superior à média regional (62,28%), em relação ao total geral de domicílios particulares permanentes. Macaé com 76,75% apresenta um percentual superior ao apresentado pelo estado (71,22%).

No ano de 2000 a média regional, na coleta direta, elevou-se para 81,22%, superada pelos dois municípios de maior expressão da região: Campos dos Goytacazes – 86,09% – e Macaé – 91,84% –, embora a tabela mostre uma melhora neste serviço em todos os municípios da região.

Observa-se também um declínio importante, tanto na região como nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, em termos percentuais em todas as demais formas de destinação do lixo, principalmente na queima e no despejo em rio, lago ou mar, embora ainda se verifique, em termos absolutos, um número significativo de domicílios que se utilizam da queima de lixo na propriedade, ou seja, 27.375 domicílios no total da região (anexos e3 e 4).

Verifica-se, na prestação de serviços de esgotamento sanitário, que, entre os anos de 1991 e 2000, não houve uma melhora significativa na região, que apresenta percentuais muito distantes daqueles registrados pelo estado para domicílios ligados à rede geral – 62,51%. Este serviço, no Norte Fluminense que, em

1991, atendia 49.724 domicílios (32,55%), no ano 2000 passa a atender 78.256 (39,90%), de um total de 196.117 domicílios particulares permanentes. Em 1991, o município de Macaé, isoladamente, apresentava índice (63,07%) de domicílios ligados à rede geral, em relação ao total geral de domicílios particulares permanentes, superior ao registrado pela região (32,55%) e pelo estado (43,78%). Todavia, não apresenta uma melhora significativa para o ano de 2000, registrando um índice de 66,58%, levemente superior ao registrado no início da década.

Do mesmo modo, não registra melhoria no atendimento deste serviço público, quando se observa o escoamento de esgoto por fossa rudimentar, com insignificante queda de 10,32%, em 1991, para 9,66%, em 2000, além de escoamento para rio, lagos e valas, que, somados, apresentam cerca de 3.000 domicílios (anexos 5 e 6).

O município de Campos dos Goytacazes apresenta situação inferior à de Macaé. Em 1991, sua rede geral de esgotamento sanitário atendia 25.839 domicílios particulares permanentes (26,99%). No ano de 2000, passa a atender 38.812 domicílios (34,64%), um crescimento pouco expressivo, principalmente se considerarmos que os domicílios de sua área urbana, conforme dados do IBGE, passaram de 80.298, em 1991, para 100.366, em 2000, ou seja, um acréscimo de 20.068 domicílios (25%). Desses, apenas 12.973 ligaram-se à rede geral.

Também na forma de escoamento por fossa rudimentar, não houve melhora significativa, com um leve declínio no período, passando de 35.799 domicílios em 1991, para 33.812 domicílios em 2000, mantendo ainda cerca de 6.000 domicílios com despejos em vala, rio, lago ou mar (anexos 5 e 6).

Favela, de acordo com o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, significa “conjunto de habitações populares toscamente construídas (por via de regra em morro) e com recursos higiênicos deficientes”. Embora o termo seja, de certa forma, recusado por pesquisadores, moradores e por todos aqueles que, de alguma maneira, se vinculam ao tema, por estar revestido de preconceitos, caracteriza uma área onde reside uma parcela da população excluída dos direitos básicos. O IBGE, que classifica estas áreas como “aglomerados subnormais”, leva em consideração alguns fatores para sua definição: edificações em terreno invadido, construções rústicas e simples, onde o morador não possui termo de posse e não dispõe de serviços de saneamento básico.

Este tópico tem o propósito de avaliar a evolução da população residente, bem como dos domicílios ocupados nessas áreas, nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, utilizando-se dos dados dos censos demográficos do IBGE nos anos de 1991 e 2000. Os demais municípios da região não registram estas modalidades de habitação.

Em 1980, segundo Pessanha (2004, p.308), a cidade de Campos dos Goytacazes possuía 13 favelas. No Censo Demográfico de 1991 foram identificadas pelo IBGE, neste município, 30 favelas, número que se manteve no censo de 2000. Esse crescimento foi ocasionado pelo desemprego no campo, que expulsou o trabalhador rural, levando-o a procurar oportunidades na periferia das cidades onde se instalaram. Todavia, do ano de 1991 até o ano de 2000, observa-se um ligeiro decréscimo, tanto no número de domicílios ocupados em favelas, quanto no número de moradores nesses domicílios em Campos do Goytacazes. Em 1991, eram 5.184 domicílios para 22.648 moradores; em 2000, verifica-se um número de 18.081

moradores para 4.639 domicílios. A relação moradores por domicílio cai de 4,37 no ano de 1991 para 3,90 no ano de 2.000.

No município de Macaé, ao contrário de Campos dos Goytacazes, no mesmo período, observa-se um aumento significativo do número de moradores e de domicílios nas áreas de favelas. Destaca-se um incremento acima de 100% no número de domicílios e, também, uma total concentração desses no distrito sede, com um aumento próximo da mesma ordem de grandeza no número de moradores. Todavia observa-se um decréscimo na média de pessoas por domicílio.

Uma comparação entre os números das tabelas 3.5 e 3.6 mostra que o percentual de domicílios em favela na região Norte Fluminense sofreu elevação quase desprezível, passando de 5,25%, em 1991, para 5,40%, em 2000. Em 1991, nota-se que o percentual de domicílios em favela de Campos dos Goytacazes (5,41%) seguia a tendência da mesorregião. Já no ano de 2000, observa-se um leve decréscimo daquele percentual, mostrando que Campos dos Goytacazes apresenta uma pequena “desfavelização”.

Em situação oposta, Macaé, em 1991, apresentava 10,50% de domicílios em favelas, ou seja, um percentual duas vezes maior do que o índice da região à qual pertence, mostrando uma concentração expressiva em seu distrito sede. Para o ano de 2000 estes números elevam-se ainda mais, chegando a uma total concentração em seu distrito sede com um percentual de 16,79, o que significa 15,68% se considerado o município em sua totalidade. Esses percentuais são três vezes maiores do que aquele encontrado para a região Norte Fluminense. Dentre os fatores com possibilidades de explicar este fenômeno, pode-se apontar uma maior procura da população de menor faixa de renda pelas oportunidades oferecidas pelo

município de Macaé visto a intensificação de sua economia provocada pela atividade petrolífera.

Tabela 3.5 - Domicílios e moradores em aglomerados subnormais (favelas) – 1991

Mesorregião, municípios e distrito	Total dos domicílios particulares permanentes	Total de população	Média de pessoas por domicílio	Total de domicílios em favelas	Domicílios em favelas / total de domicílios %	Total de moradores em favelas	Moradores em favelas / total de população %	Média de pessoas / domicílio em favelas
Mesorregião								
Norte Fluminense.	152.745	611.576	4,00	8.019	5,25	34.239	5,60	4,27
Municípios								
Campos dos Goytacazes	95.749	389.109	4,06	5.184	5,41	22.648	5,82	4,37
Macaé	26.126	100.895	3,86	2.754	10,54	11.265	11,17	4,09
Distrito.								
Macaé (Distrito Sede	15.213	58.664	3,86	1.500	9,86	6.261	10,67	4,17

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991 e Banco Multidimensional de Estatísticas – BME

Tabela 3.6 – Domicílios e moradores em aglomerados subnormais (favelas) – 2000

Mesorregião, municípios e distrito	Total dos domicílios particulares permanentes	Total de população	Média de pessoas por domicílio	Total de domicílios em favelas	Domicílios em favelas / total de domicílios %	Total de moradores em favelas	Moradores em favelas / total de população %	Média de pessoas / domicílio em favelas
Mesorregião								
Norte Fluminense	196.117	698.783	3,56	10.599	5,40	39.318	5,63	3,71
Municípios								
Campos dos Goytacazes	112.037	406.989	3,63	4.639	4,14	18.081	4,44	3,90
Macaé	38.007	132.461	3,49	5.960	15,68	21.237	16,03	3,56
Distrito.								
Macaé (distrito sede)	35.490	123.990	3,49	5.960	16,79	21.237	17,13	3,56

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991 e Banco Multidimensional de Estatísticas – BME

Nos últimos anos, as explicações para o aumento do número de domicílios em favelas têm se apoiado no êxodo rural ocasionado pelo esvaziamento das áreas de produção agrícola na região. Associam-se a este fato as oportunidades de ganhos em atividades de menor qualificação, como empregos domésticos, biscates e os da atividade informal, nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé com

o início das atividades petrolíferas, além de Rio das Ostras com a intensificação das atividades de turismo, que se desenvolvem de maneira acelerada, a partir das receitas advindas dos *royalties* do petróleo, e que têm também apresentado um elevado índice de favelização, registrando, no ano de 2000, 21.237 moradores em favelas para uma população de 36.161 habitantes.

Ao analisar a distribuição do número de empregos formais por faixa de salário na região, verifica-se, nas tabelas 3.7 e 3.8, um acréscimo, em maior ou menor escala percentual, desde a faixa de 1,01 até 2,00 salários mínimos até a faixa que vai de 7,01 a 10,00 salários mínimos. Porém, destaca-se, de maneira mais clara, que é na faixa que vai de 1,01 até 3,00 salários mínimos que se encontram as maiores concentrações e os maiores aumentos percentuais de vagas para trabalhadores. Em 1990, esta faixa totalizava 33.869 postos de trabalho representando 42,75% do total regional. Em 2000, nessa faixa registravam-se 52.113 postos, passando a significar 52,83% do total. Em números absolutos, houve um aumento de 18.244 vagas, ou seja, um acréscimo de postos de trabalho entre os anos de 1990 e 2000, na faixa em referência, da ordem de 53,87%.

Tabela 3.7 – Trabalhadores com vínculo empregatício e por faixa de remuneração
em 31/12/1990 (em salário mínimo)

Unidade da Federação, Mesorregião e Municípios	Salário Mínimo											Total Geral
	Até 1,00	1,01 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 5,00	5,01 a 7,00	7,01 a 10,00	10,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00	Sem Inf.	
Rio de Janeiro	187.851	686.849	409.721	275.606	194.831	272.829	209.289	169.622	79.960	142.642	209.775	2.838.975
Mesorregião												
Norte Fluminense	8.434	23.245	10.624	7.886	4.682	5.978	3.501	3.840	2.780	4.782	3.478	79.230
Municípios												
Campos dos Goytacazes	6.117	16.212	6.868	5.320	3.379	3.977	1.686	1.347	782	814	2.114	48.616
Macaé	1.177	4.133	2.555	2.186	1.072	1.750	1.650	2.351	1.927	3.875	1.083	23.759

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, CAGED/RAIS - www.mte.gov.br, Tabulação própria.

Tabela 3.8 – Trabalhadores com vínculo empregatício e por faixa de remuneração
em 31/12/2000 (em salário mínimo)

Unidade da Federação mesorregião e municípios	Salario mínimo											Total Geral
	Até 1,00	1,01 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 5,00	5,01 a 7,00	7,01 a 10,00	10,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00	Sem Inf.	
Rio de Janeiro	56.766	717.052	528.395	327.590	206.046	274.420	213.208	143.674	63.380	124.047	63.560	2.718.138
Mesorregião												
Norte Fluminense	6.867	32.800	19.313	9.181	6.949	7.247	4.957	3.792	1.661	2.407	3.466	98.640
Municípios												
Campos dos Goytacazes	4.558	21.494	9.982	3.224	1.988	2.091	1.215	956	494	496	1.243	47.741
Macaé	602	6.837	6.513	4.362	4.221	4.630	3.466	2.680	1.098	1.823	1.743	37.975

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, CAGED/RAIS - www.mte.gov.br - tabulação própria

A faixa que vai até 1,00 salário mínimo apresenta um declínio de 18,58% no período analisado. Todavia, as reduções mais significativas ocorrem nas faixas mais altas, de 15,01 a 20,00 salários mínimos e mais de 20,00. Grupando-as, em 1990, encontram-se 7.562 postos que decrescem para 4.068, em 2000. Percentualmente, esses totais representam um declínio de 9,54% para 4,12% em relação ao número total de empregos formais. Em números absolutos, uma perda de 3.494 empregos, ou seja, 46,20% do total das vagas nas faixas salariais mencionadas.

Algumas tendências até aqui verificadas no Norte Fluminense são comparáveis àquelas ocorridas no estado. No Rio de Janeiro também se verifica uma perda nas faixas mais altas, no intervalo de 10,01 salários até mais de 20,00 salários, porém, com percentuais menores. Grupadas estas faixas apresentam, em 1991, um total de 392.224 postos de trabalhos formais. No ano de 2000, este número cai para 331.101, significando uma perda de 61.123 vagas, percentualmente 15,58%. Assim como no Norte Fluminense, no Rio de Janeiro as faixas de 1,01 até 3,00 salários, somadas, apresentam a maior concentração de empregos no ano de 1991 com 1.096.570 vagas de trabalho e 1.245.447 no ano de 2000. O maior índice de contratações no período ocorre na faixa de 2,01 a 3,00 salários-mínimos, tanto para o Rio de Janeiro como para a região Norte Fluminense, com 28,96% e 81,79%, respectivamente.

Entre os anos de 1991 e 2000 a região Norte Fluminense apresentou um acréscimo de 19.410 vagas, representando um aumento de 24,50%. Observando-se a evolução por município, por cada faixa de salário, destaca-se o melhor desempenho de Macaé, nas variações positivas da oferta de trabalho na região. Entre anos de 1991 e 2000, a tabela mostra que Macaé ofereceu 14.216 novos empregos, ou seja, um incremento de 62,75%. Nota-se, na comparação entre as

tabelas 3.9 e 3.10, que este município obteve ganhos em todas as faixas, exceto na de até 1,00 salário mínimo e acima de 15,01 salários. A maior concentração de ofertas de trabalho formal manteve-se na mesma faixa de 1,01 a 3,00 salários em 1990, com 6.688 vagas e, em 2000, com 13.350 vagas. O maior percentual apresentado em relação aos demais municípios, na oferta total de trabalho formal, deixa muito visível o maior dinamismo de seu mercado de trabalho na região.

Campos dos Goytacazes, outro município com “peso” na região obteve ganho, ainda que importante, apenas nas faixas que vão de 1,01 até 2,00 e 2,01 até 3,00 salários-mínimos, com redução em todas as demais. Nestas faixas, grupadas, a oferta de vagas passou de 23.110, em 1990, para 31.476, em 2000. No total geral de vagas no município, houve um pequeno decréscimo, registrando um declínio de 875 vagas.

A seguir serão apresentadas as tabelas 3.9 e 3.10 que permitem observar a oferta de empregos formais, por setor da economia e por município nos anos de 1990 e 2000, em relação à mesorregião e ao estado do Rio de Janeiro.

Tabela 3.9 – Trabalhadores com vínculo empregatício por setor da economia em 31/12/1990

Unidade da Federação, mesorregião e municípios	Extr. Mineral	Ind. Transf.	Serv. Ind. UP	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Outros/ Ign	Total Geral
Rio de Janeiro	17.413	518.694	50.725	103.444	395.447	1.010.138	540.576	12.508	190.030	2.838.975
Mesorregião										
Norte Fluminense	8491	15981	1225	2804	11438	22814	11847	1177	3453	79.230
Municípios										
Campos dos Goytacazes	288	12054	681	1221	8258	15376	7733	690	2315	48616
Macaé	7955	2242	435	1435	2570	6292	1521	319	990	23759

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/CAGED, www.mte.gov.br - tabulação própria

Tabela 3.10 -Trabalhadores com vínculo empregatício por setor da economia em 31/12/2000

Unidade da Federação, mesorregião e municípios	Extr. Mineral	Ind. Transf	Serv. Ind. UP	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Outr/ Ign.	Total Geral
Rio de Janeiro	11.763	300.796	40.290	102.092	482.415	1.213.975	543.073	23.508	226	2.718.138
Mesorregião										
Norte Fluminense	4.750	10.052	611	7.884	19.029	36.477	14.627	5.203	7	98.640
Municípios										
Campos dos Goytacazes	164	5.359	492	3.233	12.189	17.062	5.825	3.410	7	47.741
Macaé	4.542	2.735	83	4.470	5.170	17.278	3.291	406	0	37.975

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/CAGED, www.mte.gov.br - tabulação própria

Em uma comparação da oferta de postos de trabalho por setor da economia, entre os anos de 1990 e 2000, verifica-se, no total geral das atividades na região, um forte crescimento na oferta de vagas, passando de 79.230 para 98.640 no período, representando um acréscimo de 19.410 postos de trabalho (24,50%).

Nos totais por atividade, observa-se um decréscimo na oferta de empregos formais nos setores de extração mineral, indústria de transformação e serviços industriais de utilidade pública, com os demais setores apresentando importante crescimento de oferta de empregos, com destaque, em termos percentuais, para a agropecuária com aumento de oferta de 1.177 para 5.203 vagas, um acréscimo de 4.026 vagas, ou seja, 342,06%. A construção civil mostra um crescimento de 181,69%, com 5.080 novas vagas oferecidas. Também o comércio apresenta um significativo aumento na oferta de empregos com 7.591 novos postos, representando 66,37%. Na administração pública, foram oferecidas 2.780 novas vagas, com 23,46% de aumento. Em números absolutos, destaca-se o setor de serviços com acréscimo de 13.663 postos de trabalho no período analisado. Este setor também se destaca por apresentar o maior percentual de oferta na região,

tanto no ano de 1990 como em 2000, representando 28,79% e 36,98%, respectivamente.

Uma comparação entre o estado do Rio de Janeiro com a região Norte Fluminense, entre os anos de 1991 e 2000, mostra o melhor desempenho desta. Considerando-se cada um dos setores, região e estado seguem a mesma tendência, à exceção do setor de construção civil, que decresce no estado e aumenta significativamente na região. No estado, destaca-se o setor da indústria de transformação com uma perda de 217.898 empregos formais, ou seja, 42,00%. No total geral de empregos formais, o Rio de Janeiro apresenta um declínio de 4,26%, representando 120.837 vagas, enquanto a região Norte Fluminense aumenta sua oferta em 24,50%.

Observa-se que Campos dos Goytacazes e Macaé apresentam uma estrutura produtiva diversificada. Macaé demonstra um maior dinamismo em quase todos os setores de sua economia na década, à exceção dos setores de extração mineral e agropecuária. Pode-se destacar ainda que, em cada um dos dois municípios, as atividades de comércio, somadas às de serviço, no ano de 2000, representam um percentual próximo de 60% do total de empregos oferecidos.

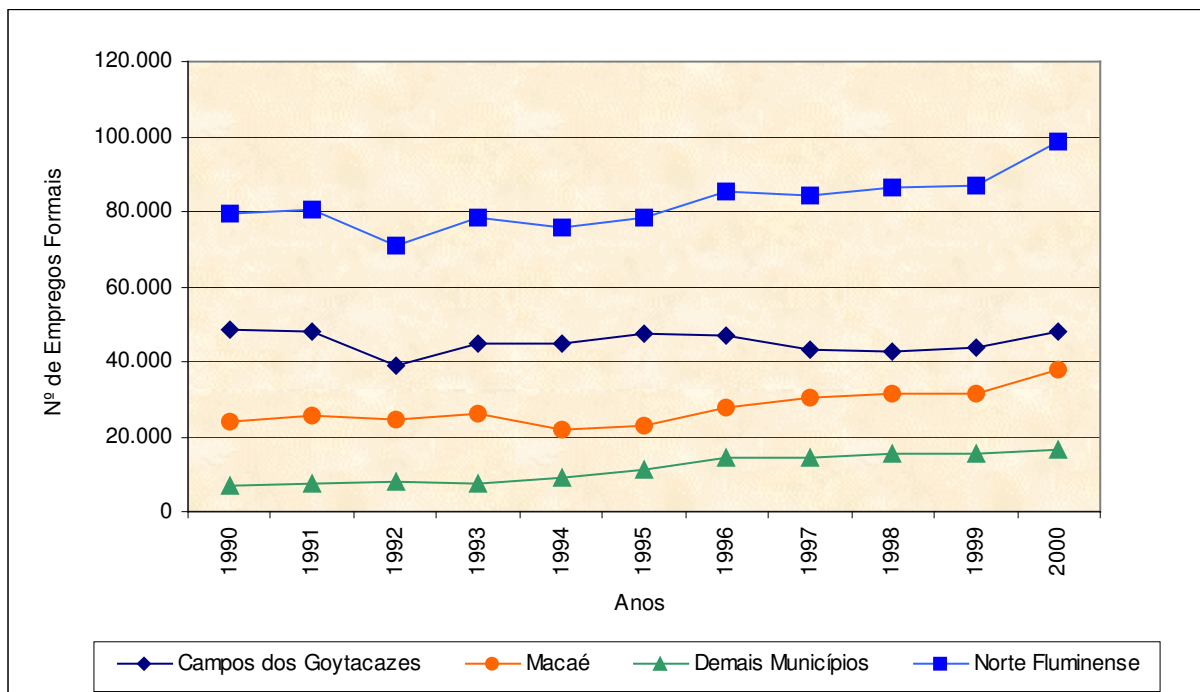
Deve-se destacar ainda, que Campos dos Goytacazes, com 406.989 habitantes, no ano de 2000, possui uma população economicamente ativa (PEA), conforme a Fundação CIDE, de 179.517 pessoas para uma oferta de empregos de 47.471 postos de trabalhos formais. Macaé com uma população de 132.461 habitantes registra segundo a mesma fonte, uma PEA de 63.135 pessoas para uma oferta de 37.975 postos de trabalho.

Com relação ao setor de extração mineral verificamos um declínio significativo, principalmente se considerada a contribuição que o setor tem oferecido

em termos de produção. A justificativa pode estar na contratação de serviços terceirizados em algumas das etapas dos processos.

A Figura 4 apresenta a evolução da oferta total de empregos formais no período entre 1990 e 2000, propiciando a comparação entre os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé e demais municípios (grupados), em relação ao total da região.

Figura 4 – Evolução do emprego formal no Norte Fluminense – 1990 a 2000



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/CAGED, www.mte.gov.br - Tabulação própria.

Observa-se na figura 4 um declínio contínuo da oferta de empregos, entre os anos de 1995 e 1999, com uma razoável recuperação no ano de 2000 no município de Campos dos Goytacazes. Em contrapartida, o município de Macaé apresenta uma oferta crescente de postos de trabalhos, durante o mesmo período, chegando a alcançar um índice de 125,39%, enquanto Campos dos Goytacazes apresenta um índice de apenas 1,56%.

Nota-se também que Campos dos Goytacazes parece estar emergindo lentamente de um longo processo de decadência econômica em função da crescente arrecadação dos *royalties*. Entretanto, de acordo com CEFET/NEED (2001):, “observamos que essa recuperação deveu-se muito mais à melhoria dos aspectos macroeconômicos nacionais do que ao próprio dinamismo das atividades econômicas locais impulsionadas pelos novos recursos”.

Conforme CEFET/NEED (2002b):

A estagnação econômica de Campos, agora com tendência de reversão, e o crescimento de Macaé, refletidos na contínua geração de postos de trabalho formal, pareciam não estar sendo influenciados significativamente pelos poderes públicos municipais de forma endógena. Mesmo em Macaé, percebeu-se que o crescimento deveu-se mais aos investimentos privados exógenos nas áreas de petróleo e telecomunicações do que à intervenção pública.

A tabela 3.11 permite observar a relação inversa entre a arrecadação de *royalties* e a oferta de postos de trabalhos formais, o que induz à conclusão de que esses recursos não parecem estar contribuindo para o processo de geração de empregos e renda. A estagnação da oferta de empregos em Campos dos Goytacazes, entre 1995 e 2001, não acompanha o crescimento do volume de *royalties* pagos. Neste período, os valores de *royalties* crescem de R\$ 2,5 milhões para mais de R\$ 195 milhões enquanto a oferta de empregos cresce de 47.206 para 47.944 postos de trabalho. Em Macaé, no mesmo período, a oferta de empregos apresenta um incremento de 28.426 postos de trabalho, passando de 22.669 para 51.095 empregos com carteira assinada, pouco mais de duas vezes, enquanto os montantes de *royalties* apresentam crescimento de quase 25 vezes, ou seja, de pouco mais de R\$ 4,5 milhões para quase R\$ 115 milhões.

Tabela 3.11 – *Royalties* pagos aos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé
1995 – 2001

Município	Ano						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Campos dos Goytacazes	2.489.760	3.197.315	4.019.112	12.041.184	54.028.668	148.768.000	195.489.646
Macaé	4.688.464	6.046.616	8.014.637	13.301.450	43.791.725	84.827.000	114.927.810

Fonte: CEFET/NEED (2002a).

Segundo Penalva (2003, p.101),

“existe uma percepção praticamente consensual segundo a qual a economia fluminense atravessou um longo período de estagnação, que se agravou nas décadas de 1970 e 1980, mas que começa a ser parcialmente superada com a retomada de uma nova etapa do seu processo de desenvolvimento econômico”.

Na década de 1980 a economia fluminense chegou a ceder para o estado de Minas Gerais a posição de segundo maior PIB no ranking nacional das economias estaduais. Todavia, a partir da metade da década de 1990, a economia vem dando sinais significativos de recuperação.

De fato, o setor primário, a agropecuária, tem participação pouco significativa para a composição da produção fluminense. O setor terciário tem aumentado sua participação no PIB fluminense, com significativa importância para o setor de telecomunicações. O setor secundário revela-se mais significativo. Apesar de a indústria de transformação ter perdido peso em termos de geração de produto e de empregos, o segmento de extração mineral vem aumentando de forma intensa a sua participação na economia estadual. Segundo artigo publicado pela UNICAMP em 31/01/2003, no período entre os anos de 1994 e 2000, “a indústria fluminense cresceu 26%. Se o petróleo fosse excluído dessa conta, essa expansão se transformaria numa queda de 1,3%, segundo dados da Fundação Cide”.

Tabela 3.12 - Produto Interno Bruto - PIB - a preços correntes, e PIB per capita
1996 - 2003 - (R\$ mil)

Unidade da Federação, Regiões de Governo, Municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e Bacia de Campos	1996		2003	
	Total	Per capita	Total	Per capita
Unidade da Federação				
Rio de Janeiro	99.144.243	7.40	220.206.189	14.72
Regiões de Governo				
Metropolitana	79.392.652	7.79	145.513.250	13.14
Noroeste Fluminense	878.659	3.10	1.494.482	4.87
Serrana	3.612.892	5.07	5.780.181	7.45
Baixadas Litorâneas	1.907.953	4.06	4 128 773	5.82
Médio Paraíba	5.911.009	7.98	14.894.388	18.21
Centro-Sul Fluminense	907.063	3.87	1.635.936	6.21
Costa Verde	1.230.536		3 155 513	11.27
Norte Fluminense	2.291.239	3.50	7.257.181	9.94
Município				
Macaé	635.977	5.63	4.088.151	27.92
Campos dos Goytacazes	1.320.975	3.39	2.464.729	5.90
Bacia de Campos	3.012.239	-	36.346.484	-

Fonte : Fundação CIDE

A evolução do Produto Interno Bruto registrada nas diversas Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro, nos levantamentos da Fundação CIDE, revela a importância da produção de petróleo na Bacia de Campos na composição da produção fluminense.

A Fundação CIDE, ao fazer o levantamento do PIB municipal, dissocia os valores da produção de petróleo, da bacia continental, no Norte Fluminense, da produção dos municípios confrontantes, comumente tratados como municípios produtores. Do mesmo modo, também não leva em conta os valores dos *royalties*, ao considerar que estes são parcela da produção de petróleo, o que configuraria uma dupla contabilização de valores. Deste modo, os valores da produção de petróleo são considerados como PIB da “região” Bacia de Campos.

A tabela 3.12 destaca a importância da produção de petróleo na Bacia de Campos que alcança, no ano de 2003, uma participação em torno de 15% na composição do PIB do estado, com uma elevação de seus valores superior a 12 vezes em relação a 1996. Em 1996 essa participação percentual apresentava-se em torno de 3,5%.

Observa-se ainda um crescimento de mais de 600% no PIB da cidade de Macaé entre os anos de 1996 e 2003, ficando visível a força da atividade petrolífera na cidade de Macaé, seu principal vetor econômico. Em 2003 Macaé apresenta PIB per capita quase três vezes superior ao da Região Norte Fluminense. O fato de este município vir apresentando nos últimos anos elevados índices de crescimento populacional torna mais significativo o percentual de crescimento apresentado por seu PIB per capita no período.

3.2 - Os desafios à gestão do território

Nas décadas de 1950 e 1960, os discursos sobre o tema do desenvolvimento enunciavam firmemente uma crença que colocava o Estado como “o condutor de uma política de superação dos desequilíbrios regionais, que se consolidaram na grande expansão econômica do pós-II Guerra Mundial” (PENALVA, 2003, p.32). Uma proposta que se consubstanciava no papel do investimento e do crescimento econômico, conduzidos pelo Estado, que cumpria como ator principal o papel de “investidor, planejador, regulador e protetor do mercado interno e da indústria nacional. Assim, ao desenvolvimento se associava a industrialização e uma metodologia sobre como planejar” (PIQUET, 2003, p.220).

Era um planejamento tecnocrático que pretendia atribuir funções e definir o

destino das regiões, centrando as propostas de investimentos e de crescimento econômico, na intenção de alcançar o máximo de crescimento para o país, nas zonas de maior produtividade próximas dos mercados consumidores. O Estado seria o agente regulador das tendências de mercado e, desta forma, o planejamento regional estaria circunscrito ao planejamento nacional.

A acumulação de capital que ocorria então era muito mais localizada em seu circuito de reinversão do que é hoje. As empresas cresciam em cada planta produtiva e se esperava que durassem décadas. A figura do 'enclave' – entendido como empreendimento dirigido ao exterior e separado do seu entorno – era uma forma de investimento malvista (PIQUET, 2003, p.220).

A partir da década de 1980, a interdependência crescente da economia mundial modificou a forma de acumulação do capital, que passa a ter grande ubiqüidade e deixa de ser “um capital localizado em seu circuito de reinversão” (PIQUET, 2003, p.220), passando, a partir de então, a se articular cada vez mais livremente em escala global e cada vez menos pelas escalas nacional e regional. Como conseqüência deste fenômeno, restou às cidades e às regiões competirem por esses investimentos, oferecendo vantagens ao capital na tentativa de inserir-se na linha da oportunidade dos grandes negócios de empresas nacionais e transnacionais.

Deste modo, vem se reforçando, sobremaneira, a tendência de competição entre as cidades, fazendo com que os governos locais sejam vistos como agentes responsáveis pela indução do crescimento em seus espaços.

Nesta nova ótica da aplicação do capital, conforme Piquet (2003, p.221)

os investimentos de tipo 'enclave' são aceitos com tranqüilidade, embora se saiba que muitos não mobilizam nem induzem mudanças de qualidade no aparelho produtivo local. Abandona-se a perspectiva do desenvolvimento nacional e espera-se que, com a descentralização, os governos locais produzam o milagre de resolver os problemas de emprego e renda, os ambientais, os da miséria e tantos outros, e garantam ainda a

governabilidade do sistema.

No Brasil, os programas neoliberais levaram à privatização do patrimônio público, passando o controle de setores importantes da atividade econômica para as mãos de empresas vinculadas a países centrais. Todavia, este liberalismo não proporcionou maior crescimento, provocou sim um aumento das desigualdades sociais e regionais.

Tem -se verificado, então, que um número crescente de estados, regiões e cidades vêm se articulando e tomando medidas na tentativa de atrair atividades econômicas, oferecendo incentivos às empresas para que se instalem em seus territórios. Ao mesmo tempo em que se estabelecem novas estratégias competitivas, destaca-se simultaneamente a importância atribuída à cooperação e às parcerias entre agentes regionais.

O Norte Fluminense enquadra-se nessa mudança de pensamento sobre o desenvolvimento, posto que, ao ver-se inserido na economia-mundo, pouco afeita ao local, a partir da descoberta de petróleo em seu litoral, rompe com seu passado de região protegida pelo Estado-Nacional e fechada por sua elite no período da agroindústria açucareira (PIQUET, 2003, p.223).

As atividades de exploração e produção de petróleo traduzem-se em um complexo que emprega mão-de-obra qualificada, nos meios técnico e superior, e provocaram um redirecionamento das ações de formação e qualificação profissional da região, diante da possibilidade de reter parte da mão-de-obra qualificada que se deslocava, em busca de oportunidades, para outros centros (CRUZ, 2003, p.7).

No aspecto territorial, foi no município de Macaé, onde circula a maior parte do dinheiro mobilizado na exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos, que se fizeram sentir os maiores impactos, tanto em termos urbanísticos como sobre

o mercado de trabalho. Para a região, no entanto, o impacto mais significativo é a injeção maciça de *royalties* e as participações especiais nos orçamentos dos municípios da região. Apesar de os poços de exploração da Bacia de Campos se localizarem em plataforma continental, a legislação brasileira, ao associar a localização do poço ao território costeiro para fins de pagamento de *royalties*, tornou a região uma das maiores beneficiárias dessas indenizações.

Deste modo, alguns municípios, como Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã e Carapebus, concentram esses recursos, que os colocam em posição privilegiada no que se refere às possibilidades de investimentos na esfera local. Campos dos Goytacazes e Macaé alcançam a maior arrecadação de *royalties* em valores absolutos no ano de 2000. No ano de 2001, Macaé, Carapebus e Quissamã destacam-se por figurarem entre os melhores orçamentos per capita do país.

Macaé, que de pequeno balneário transformou-se em cidade média com uma dinâmica produtiva totalmente renovada, ligada aos circuitos mundiais da economia, porém muito “encharcada” de petróleo, precisa garantir a competitividade para as imensas oportunidades no setor petrolífero. Todavia, não pode perder de vista que sua riqueza provém de um recurso finito, e faz-se, então, premente a necessidade de diversificar sua estrutura produtiva, de forma a preparar-se para a era pós-petróleo.

A instalação da base de operações da Petrobras no município de Macaé para exploração e produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos representou um marco inicial de um processo de grandes mudanças na estrutura produtiva regional. Conforme Nascimento (1999, p.26-29), até meados da década de 1970, a economia deste município se baseava na agroindústria açucareira, na pecuária leiteira, na pesca artesanal e em algumas indústrias de bens de consumo

de pequeno porte, apresentando, deste modo, uma estrutura produtiva caracterizada pelo predomínio das atividades primárias, que empregavam 78% de sua população economicamente ativa, gerando, porém, apenas 17% da renda municipal.

A Petrobras ao se instalar em Macaé proporcionou também a oportunidade de instalação de novas empresas de serviços e indústrias terciárias, o que representou, segundo Monié (2003, p.271), “uma ruptura na formação histórica da estrutura produtiva e territorial local que rapidamente se estende ao regional”.

Um dos primeiros impactos que podemos destacar neste município, provocado pela presença da indústria petrolífera na Bacia de Campos, é o seu crescimento populacional. Em 1970, conforme o Censo Demográfico do IBGE, a população de Macaé contava com 55.358 habitantes. No ano de 2000, esse número cresce para 132.461. Suas taxas de urbanização variaram, no mesmo período, de 61,1% para cerca de 95%.

Mais do que o incremento populacional proporcionado pela contratação de mão-de-obra fora da região, a redistribuição da população do interior rural, do norte e noroeste fluminense, para as áreas urbanas dos municípios costeiros, provocou um deslocamento do centro de gravidade demográfico em direção ao litoral, em particular para a sub-região de Macaé. Deste modo, assinala-se, também, um progressivo esvaziamento das forças vivas da área rural, em busca de um mercado de trabalho que não oferece oportunidades para a baixa qualificação.

De pequeno balneário que sempre orbitou em torno de Campos dos Goytacazes, Macaé se transformou, nos últimos 20 anos, em cidade de porte intermediário com uma estrutura produtiva completamente renovada, conectada aos circuitos da economia global. Conforme Monié (2003, p.276-277),

O processo de industrialização/urbanização reorganiza a estrutura produtiva e o espaço regional, em detrimento do campo e em benefício dos municípios costeiros que recebem os maiores fluxos de investimento produtivos recursos financeiros e trabalhadores. No entanto este movimento não afeta o litoral de forma homogênea. A cidade de Macaé, por abrigar a totalidade das instalações terrestres da indústria petrolífera, sofre sem dúvida os maiores efeitos da reestruturação em curso.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, a economia do município de Macaé vem criando continuamente novos postos de trabalho desde 1994, chegando a alcançar no ano de 2000 um crescimento de 21,01% na oferta de empregos formais em relação ao ano anterior. No ano de 2000, Macaé oferecia cerca de 38,50% do total de empregos formais da região Norte Fluminense.

Em que pese o fato de o município de Campos dos Goytacazes ter apresentado, no ano de 2000, um bom índice de crescimento na oferta de empregos formais, com 9,5% em relação ao ano de 1999, deve-se considerar que, na contrapartida de Macaé, nos anos anteriores, Campos dos Goytacazes eliminou empregos progressivamente no período entre 1995 e 1999, o que lhe confere uma base de comparação “fraca” em relação a Macaé.

Deve-se destacar um fato de suma importância ao compararmos os dois municípios. Macaé, em 2000, com uma população de 132.461 habitantes, ofereceu 37.975 postos de trabalho formais, enquanto Campos dos Goytacazes ofereceu 47.741 para uma população de 406.279 habitantes (CAGED/RAIS). Um fato histórico para o município de Macaé viria a acontecer no ano seguinte, quando Campos dos Goytacazes foi ultrapassado por aquele município no número de postos de trabalho. Nesse ano, o número de postos formais em Macaé subiu para 51.095, enquanto Campos dos Goytacazes registrou apenas uma pequena elevação nos seus postos de trabalho, com 47.944 empregos formais.

Ao contrário do desenvolvimento que se verifica em consequência da indústria petrolífera, alguns setores da economia regional apresentam uma dinâmica de declínio ou de estagnação; em particular, a produção de açúcar, a pecuária bovina, a produção de alimentos e as olarias, atividades tradicionais, que sempre formaram a base econômica da região Norte Fluminense (GALVÃO, apud MONIÉ, 2003, p.273).

A indústria açucareira, na região em estudo, historicamente, foi marcada pelo conservadorismo de uma elite agrária, que nunca explorou as potencialidades dessa cadeia produtiva, colocando-se sempre na dependência das oscilações de preços e da evolução da demanda. A situação agravou-se, a partir dos anos 70, com a perda de espaço no mercado sucro-alcooleiro para usinas mais produtivas do estado de São Paulo.

Atualmente, verifica-se uma contínua crise na economia açucareira regional, que contrasta com a prosperidade do passado. Dentre os fatores que podemos apontar para esta crise estão principalmente: o crescente declínio na oferta de matéria-prima ocorrido em paralelo ao aumento superdimensionado do parque agroindustrial, em virtude do PROALCOOL na década de 1970; e o fim do subvencionismo estatal com a liberação de preços da cana-de-açúcar e do álcool, no início da década de 1990 (BARBOSA, 2003, p.133-137). Esses fatores acabaram por promover um acirramento da concorrência, levando ao fechamento de diversas usinas e, conseqüentemente, ao aumento do desemprego, agravando, assim, o processo de exclusão social.

O Norte Fluminense, em que pese o fato de ter recebido altos investimentos públicos e privados nos setores sucro-alcooleiro e petrolífero, tem se reproduzido nos últimos anos como uma região de consideráveis índices de indigência e

pobreza, destacando-se, de modo positivo, apenas o município de Macaé. Em Campos dos Goytacazes, em 1970, esses índices eram de 30,80%, passando a 38,13% em 1980, elevando-se para 52,34% em 1991 e diminuindo para 28,88% em 2000. Para efeitos de comparação, durante o ano de 2000, o município de Macaé apresentou o índice de 6,52%, enquanto o do estado do Rio de Janeiro foi de 14,68% e a região alcançou o valor de 23,93%, o mais elevado índice regional no estado (CRUZ, 2004, p.85).

Na década de 1970, na região do Norte Fluminense, consolidou-se um mercado sazonal, em virtude da periodicidade da agroindústria canavieira, que apresentava um padrão de economia de base monocultora, na qual o trabalhador se insere em uma lógica de procura constante por serviços temporários, alternando-se entre a agroindústria, os serviços domésticos e os “biscates” em serviços de baixa remuneração, com freqüentes deslocamentos entre o campo e a cidade, dentro ou fora do seu município de origem. Esta situação viria a agravar-se no início da década de 1990, com a redução do número de trabalhadores contratados pelas usinas, em conseqüência da modernização agrícola, que introduziu máquinas embarcadoras e colheitadeiras (BARBOSA, 2003, p.137).

Contudo, deve-se ressaltar que o município de Campos dos Goytacazes permanece, ainda hoje, como espaço central do Norte Fluminense na produção e no beneficiamento da cana-de-açúcar, com cinco usinas em funcionamento, preservando o *status* de maior centro urbano regional, dispondo de uma rede de comércio e de serviços que ainda pode ser modernizada, abrigando importantes instituições de ensino, de pesquisa e de formação e qualificação profissional.

A extração de petróleo tem sido fator determinante para a diversificação e a diferenciação internas da economia, da sociedade e do espaço regional, tendo

gerado 10.000 empregos diretos na Petrobras, na década de 1980, que, após 25 anos, com um longo processo de reestruturação e de integração, alcançou elevado padrão de eficiência e de produtividade. Atualmente, são totalizados 34.900 empregos na atividade petrolífera, sendo que, destes, 6.900 na Petrobras e 28.000 nas prestadoras de serviços, que somam 3.500 empresas fornecedoras. Os impactos mais significativos no espaço regional se fizeram sentir no município de Macaé, visto que foi aí que se concentraram a infra-estrutura e a logística do complexo que apóia as atividades de exploração de petróleo em bacia continental. “Os investimentos em capital fixo, em Macaé, incluem o complexo da sede, o parque de tubos, o porto de Imbetiba e o terminal de Cabiúnas, com 4.000 km de tubos submarinos. Em Campos dos Goytacazes, há o aeroporto do Farol de S. Tomé” (CRUZ, 2004, p.93-94).

Em Macaé as autoridades locais defrontam-se com o duplo desafio: garantir a competitividade local na economia da atividade petrolífera e diversificar a economia dessa sub-região, de forma a preparar-se para um futuro que aponta para o esgotamento das reservas de petróleo. Em uma instância imediata, já se faz necessária a solução de problemas sociais, tais como favelização, degradação da infra-estrutura urbana, precariedade dos transportes, da educação e da saúde, revelados pelas novas demandas ocasionadas pela rápida ascensão econômica do município nos últimos anos, que provocou um aumento acelerado da população e a presença de um grande número de novos atores econômicos. Com relação ao alto grau de especialização da economia macaense no setor petrolífero, pode-se citar Monié (2003, p.278):

Observamos, em Macaé e nos demais municípios da bacia, uma pulverização das iniciativas que ilustra a dificuldade de elaborar políticas públicas alternativas capazes de inserir este conjunto de empreendimentos

sociais e técnicos num projeto de desenvolvimento territorial. (...) A diversificação do tecido produtivo impõe-se como uma prioridade frente a qual o poder local carece, por enquanto, de objetivos claramente definidos e suscetíveis de garantir o crescimento e o desenvolvimento da cidade e de sua hinterlândia próxima.

Diferentemente de Macaé, o município de Campos dos Goytacazes não abriga instalações ou empresas que atuem diretamente ligadas à atividade petrolífera. Usinas que já encerraram suas atividades ou se encontram em estado de abandono marcam a paisagem campista. Das usinas que restaram em todo Norte Fluminense, entre as 19 que existiam na década de 1970, apenas nove continuam em operação, sendo que abaixo da capacidade instalada, assim como as olarias mantêm suas atividades de forma precária. A região em pauta, que, no passado, se amparava em um modelo nacional-desenvolvimentista, hoje em crise, deixa transparecer as carências produzidas por uma economia regional, que se revela com uma baixa produtividade em razão da decadência das atividades tradicionais.

A economia de Campos dos Goytacazes defronta-se com dificuldades para sair de um ciclo agropastoril e parece que a expectativa das autoridades locais está baseada tanto na escolha do município, pelo Governo Federal, para a construção de uma refinaria (RENORTE), quanto no “transbordamento” da infra-estrutura logística do petróleo, que, hoje, ocupa exclusivamente o espaço territorial de Macaé, inaugurando, assim, um novo ciclo produtivo, gerando emprego e renda para a população local.

Neste cenário, as necessidades que se impõem no processo de reorganização do espaço regional apresentam-se em dimensões opostas entre os espaços polarizados pelos municípios de Macaé e de Campos dos Goytacazes.

A exploração de petróleo na Bacia de Campos, no Norte do estado do Rio de Janeiro, considerados os aspectos do aumento da produção, os da elevação dos

preços e os dos investimentos previstos para o setor, além daqueles já realizados – como a Usina Termoelétrica de Macaé – podem trazer um maior dinamismo à economia do estado.

Segundo Jorge Luiz Zelada, a Petrobras trabalha com uma previsão de investimentos no período 2003/2007 da ordem de US\$ 29,6 bilhões no Brasil. Deste montante US\$18 bilhões (65%) estarão dirigidos para a área de produção e exploração, US\$ 7,6 bilhões (35%) para o *downstren*, e o restante para áreas diversas, nacional e internacional. Para o ano de 2007 está prevista uma produção de 2,220 milhões de barris de óleo por dia, para um consumo previsto de 2,010 milhões de barris. Este plano de investimento significa a criação de 141.000 empregos diretos e indiretos no período.

Conforme relatório da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, o projeto da Renorte incrementa a produção não só de derivados, como combustíveis, mas também de petroquímicos. A refinaria estaria agregada à idéia de construção de um porto para o transporte de líquidos, na região – em Campos, Macaé ou São João da Barra. Este porto, que não requer investimentos de grande monta, seria importante ponto de escoamento da produção do álcool fluminense para exportação, que contaria com dutos conduzindo o produto diretamente das usinas para os navios. Estes investimentos propiciariam um aumento na produção de cana-de-açúcar, que conta com a modernização das usinas de Campos, e passaria das atuais 30 toneladas para 180 toneladas por hectare. Empresários israelenses já estariam interessados em projetos de irrigação na região.

A Organização dos Municípios Produtores de Petróleo -OMPETRO propõe sua participação nestes investimentos a partir de um fundo instituído pelo governo estadual pela Lei nº 3.785 de 20 de março de 2002, capitalizado com parte dos

recursos dos *royalties* e participações especiais recebidos por cada um dos municípios que a congregam, além da participação do governo estadual. Este fundo, considerados os valores dos *royalties* para o ano de 2002, teria condições de participar com 350 milhões de dólares, em um período de sete anos, o que significaria 10% do total de investimentos.

Conforme relatório da Consultoria Legislativa da Câmara do Deputados em Brasília, o estado do Rio de Janeiro se destaca como importante centro produtor e consumidor de petróleo e gás natural, com uma cadeia produtiva bem estruturada onde se pode ressaltar a maior planta de processamento de gás natural do país (Cabiúnas, com capacidade para 9 milhões de m³/dia). Com relação à estrutura econômica relacionada aos negócios do setor petrolífero, o Rio de Janeiro se destaca por ter desenvolvido um importante parque fornecedor para o setor, tanto na área industrial como na de serviços, sediando os principais escritórios da Petrobras, da Organização Nacional da Indústria do Petróleo - ONIP, além de todas as empresas petrolíferas recém-estabelecidas no país fazendo do estado do Rio de Janeiro a “capital brasileira do petróleo”, compondo um acervo de empreendimentos, que representa um mercado de mão-de-obra de dimensões únicas no cenário nacional.

Deve-se ressaltar a existência da Ferrovia Centro Atlântica - FCA -, que chega ao norte do estado, interligando-o ao Sudeste, ao Centro-oeste e ao Nordeste, com mais de 7.000 km de trilhos, aproximadamente 10.000 vagões e 400 locomotivas. A FCA teve origem no processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. e passou a operar desde 1^o de setembro de 1996, abrangendo os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia, Sergipe e Distrito Federal, com acesso aos portos de Salvador, Aratu e Juazeiro (BA), Vitória

(ES), Angra dos Reis (RJ), Pirapora (MG), o que representa a possibilidade de distribuição de produtos em larga escala utilizando-se de infra-estrutura já existente.

No setor de geração de energia elétrica, o estado do Rio de Janeiro passou a contar, desde 2004, com uma unidade de geração a gás, sediada na cidade de Macaé, a Usina Termelétrica Norte Fluminense, com capacidade de 780 MW, energia suficiente para abastecer uma cidade de dois milhões de habitantes. A UTE Norte Fluminense foi construída às margens da rodovia BR 101, próxima ao rio Macaé, em área rural, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, pela *Electricité de France Internacional* -EDFI, e pela Petrobras, com um custo total de R\$ 1,4 bilhão. O consumo diário de gás natural, proveniente da Bacia de Campos, alcança 3,2 milhões de metros cúbicos, fornecidos pela Petrobras e distribuídos pela Companhia Estadual de Gás -CEG. A produção gerada será destinada à Light. Com esse volume, o estado do Rio de Janeiro deixa de ser importador de energia, alcançando sua auto-suficiência

A indústria brasileira de petróleo vem se destacando no cenário nacional como uma das principais geradoras de alta tecnologia e empregos qualificados, além de atrair vultosos investimentos externos.

Segundo pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, encomendada pela revista *Você S/A*, divulgada em 07/07/2005, Macaé desponta como a melhor cidade do interior do país no quesito vigor econômico. No ranking das 30 melhores cidades do Brasil para se trabalhar, Macaé ocupa a nona posição. Levando-se em conta apenas o estado do Rio de Janeiro, Macaé perde apenas para a própria cidade do Rio de Janeiro, enquanto Campos dos Goytacazes ficou com a nona colocação.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, depois de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Brasília (DF), Porto Alegre (RS),

Curitiba (PR) e Belém (PA), Macaé é a cidade em que os trabalhadores concentram as melhores oportunidades profissionais e de capacitação de mão-de-obra.

A metodologia usada pela Fundação Getúlio Vargas levou em conta o PIB per capita municipal, e o Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Esses dois fatores, somados aos índices de saúde e educação, foram os critérios contabilizados na pesquisa, realizada entre novembro de 2004 e maio de 2005. As cidades que aparecem nos primeiros lugares da pesquisa têm em suas atividades econômicas predominantes o petróleo, agricultura e serviços.

Na área de educação, segundo a Secretaria de Comunicações da Cidade de Macaé - SECOM, está sendo construída “a primeira universidade do Estado do Rio de âmbito municipal, com recursos dos royalties”. A Universidade Municipal de Macaé ocupará uma área total de 95 mil metros quadrados com capacidade para atender sete mil alunos por turno de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo fato de as refinarias terem sido projetadas antes de o país conhecer suas reservas, a configuração dos equipamentos petrolíferos localizam-se em pontos distantes de sua principal área de produção. O petróleo produzido na região é transportado por oleodutos às unidades de beneficiamento e distribuição em outro lugar. Não existe internalização das etapas de beneficiamento da cadeia produtiva do petróleo, o que limita a difusão espacial e social de seus benefícios. O mesmo aconteceu na agroindústria açucareira, que se dedicava apenas à produção de açúcar e álcool, não internalizando o beneficiamento dos seus diversos subprodutos.

Portanto, os recursos do petróleo, assim como os da agroindústria, são drenados da região, com as atividades localizadas em seu espaço territorial encontrando sua racionalidade e seu impulso dinâmico em outro lugar. Desta forma, ambos os complexos obedecem ao padrão polarizado, concentrado e restrito, contribuindo para a reprodução do padrão tradicional.

Segundo Ajara (2005):

A aparente desconcentração industrial registrada merece algumas qualificações, uma vez que os fracos encadeamentos com a economia regional, na qual se insere a exploração do petróleo, sinalizam para um reduzido impacto da atividade extrativa, do ponto de vista do desenvolvimento regional. Por outro lado, as características dessa desconcentração não se prenderam a novos determinantes da localização industrial ditados por um patamar mais elevado de atualização tecnológica, mas sim a um perfil de investimento no setor industrial associado à exploração de recursos naturais, numa vertente que guarda sintonia com etapas anteriores do processo de desenvolvimento industrial. Desta forma, parece mais apropriado tomar o que ocorre na Bacia de Campos e o impacto decorrente sobre as mesorregiões Norte Fluminense e Baixadas

muito mais como a expressão de um processo de crescimento econômico fragmentado do que como a manifestação de um movimento de desconcentração do crescimento econômico, particularmente, industrial, no território fluminense.

Percebe-se uma diferenciação no perfil econômico e no tecido produtivo, entre as áreas de influência dos principais pólos, Campos dos Goytacazes e Macaé. Em que pese a importância do crescimento significativo do setor de serviços ligados à área de ensino, Campos dos Goytacazes e seu entorno permanecem ainda muito ligados às atividades tradicionais da indústria de cerâmica, da agropecuária e da agroindústria açucareira, hoje mais moderna em termos de tecnologia e emprego.

Macaé, com a presença da atividade petrolífera, transformou-se em cidade de porte intermediário com uma dinâmica produtiva totalmente renovada, ligada aos circuitos mundiais da economia, colocando-se como um dos mais importantes pólos de investimentos do estado do Rio de Janeiro.

Pelos números demonstrados na tabela 3.11, os recursos dos *royalties* não interferem na oferta de empregos e parecem não produzir riqueza na região. Fica claro que a oferta de empregos é fortemente influenciada pela presença da Petrobras. O declínio da agroindústria açucareira libera mão-de-obra, cujo perfil não se enquadra nos novos setores que respondem pela maioria dos postos de trabalho oferecidos. Os níveis de indigência apresentados pelo Norte Fluminense tornam verdadeira a forma de se referir a estes municípios por Rodrigo Serra, “Cidade rica, povo pobre”.

Todavia, conforme Artigo nº 8 de 2004 do Conselho Regional de Economia, a revitalização da indústria sucro-alcooleira e o desenvolvimento efetivo do complexo petrolífero constituem potencialidades que tornam possíveis um desenvolvimento sustentável nos municípios confrontantes da Bacia de Campos e em todo o Norte

Fluminense, que viria repercutir nos setores tradicionalmente relevantes, como a cerâmica, o açúcar, o álcool, a indústria de doces e a mineração, recuperando a oportunidade para milhares de desempregados do campo.

O Brasil tem uma longa tradição na participação do Estado na definição de políticas. Na indústria canavieira, o Estado cumpriu, historicamente, o papel de mediador de importância fundamental para a elaboração de um projeto no setor. Todavia, as mudanças ocorridas nos planos político e econômico a partir da segunda metade da década de 1980 levaram ao fim das formas de regulação baseadas no poder central, e sua gradual retirada das arenas de decisão

A pergunta que se coloca no caso da indústria canavieira no Norte Fluminense é a de como este setor poderá reencontrar sua capacidade de articulação, após a quebra do paradigma subvencionista estatal, quando ainda lhe pesam as conseqüências de certa subalternidade à forma de produzir do estado de São Paulo e, em um cenário onde os interesses maiores da região se voltam para a indústria petrolífera.

Conforme já mencionado um mercado aberto à competição seleciona espaços, eliminando-os, consolidando-os, interferindo em processos de hierarquizações, redefinindo áreas de mercado e espaços geográficos. Os reflexos deste fenômeno podem ser constatados na redefinição das alianças locais, representado pela criação da OMPETRO que congrega municípios costeiros, beneficiários dos *royalties* do petróleo . Politicamente são relegados a um segundo plano os municípios mais interioranos, que conformam um recorte ainda ligado a atividades tradicionais.

Para incentivar o interesse pela produção de álcool, novas oportunidades se apresentam. Os motores flexíveis, que utilizam tanto o álcool como a gasolina como

combustível, já representam mais de 40% das vendas no Brasil, e causam o interesse de empresários do setor automobilístico dos Estados Unidos, Europa e Oriente. Também os países – como, por exemplo, os Estados Unidos – que utilizam aditivos, mais poluentes, acenam de maneira clara com a intenção de substituí-lo pelo álcool hidratado.

O álcool vem gradativamente se tornando uma *commodity* globalizada por suas características mais adequadas ao meio ambiente (pela entrada em vigor do Tratado de KIOTO, que exige produção limpa). Os preços do álcool podem se tornar mais vantajosos em relação ao petróleo, que se torna mais caro no mercado internacional, com poucas possibilidades de reversão a curto ou médio prazos, visto que as reservas mundiais, segundo os geólogos mais renomados a serviço das empresas de petróleo, começam a escassear e os países com reservas ainda por explorar são vistos como politicamente instáveis.

No ano de 2004, as exportações de álcool triplicaram. A região Norte Fluminense conta com um parque produtivo em condições favoráveis de aproveitamento, além de mão-de-obra disponível, e pode incentivar as forças endógenas regionais. Os recursos dos *royalties* podem ser utilizados com vantagens para o desenvolvimento de uma atividade auto-sustentada que pode beneficiar os municípios da região que não sentem diretamente as vantagens da atividade petrolífera sediada em Macaé.

A ociosidade das usinas, conforme a tabela 1.3, da ordem de 45%, demonstra a possibilidade de se reerguer o parque sucro-alcooleiro na região, levando-se em conta o baixo índice de atendimento do mercado do estado do Rio de Janeiro para o açúcar (cerca de 30%) e álcool hidratado (cerca de 10%), que acaba por se abastecer importando estes itens de consumo, do estado de São Paulo.

Cabe destacar que todos os movimentos em busca de instalações voltadas para o setor petrolífero, seja a construção de uma refinaria, seja a construção de um pólo petroquímico na Cidade de Campos dos Goytacazes, conforme Crespo (2003, p.254), nunca saíram da agenda política local ou regional e refletem “Um discurso onde o desenvolvimento é algo sempre visto como um valor exógeno, como algo que vem de fora para transformar a realidade”.

Referências Bibliográficas

AJARA, 2005. **Configurações econômico-espaciais recentes no Estado do Rio de Janeiro**. In: Livro ENCE 50 anos.

ANP. Agência Nacional do Petróleo. Disponível em <http://www.anp.gov.br/participação_gov/royalties.asp>;.

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. Uma análise da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004, p. 117-172.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. A Constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na região Norte Fluminense. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003, p. 111-148.

BERNARDES, Júlia Adão. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, parte II, p. 239-270.

BRASIL. Ministério dos Transportes **Resumo Informativo da Ferrovia Centro Atlântica**. Maio 2003. Disponível em <<http://www.transportes.gov.br/bit/ferro/fca/inf-fca.htm>>. Acesso em 02 de julho de 2005.

CAETANO FILHO, Elísio. O papel da pesquisa nacional na exploração e na exploração petrolífera da margem continental na Bacia de Campos. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 1, p.39-94.

CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. Hierarquia urbana e qualidade de vida do norte-noroeste fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004, p. 285-305.

CEFET/NEED (2002a): A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: Um enfoque sobre Campos e Macaé. In: OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. **Boletim técnico**. Campos dos Goytacazes, n. 1, abril 2002. Disponível em <<http://www.cefetcamposbr/observatorio>>. Acesso em 13 de junho de 2005.

_____. Uma análise da cadeia produtiva de cana-de-açúcar na região Norte Fluminense. In: OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. **Boletim técnico**. Campos dos Goytacazes, n. 1, março 2001. Disponível em <<http://www.cefetcampos.br/observatorio>>. Acesso em 13 de junho de 2005.

_____(2000b). A evolução do emprego formal na região Norte Fluminense: uma análise do período 1997-2001. In: OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. **Boletim técnico**. Campos dos Goytacazes, n. 7, maio 2002. Disponível em <<http://www.cefetcampos.br/observatorio>>. Acesso em 15 de junho de 2005.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA: **Royalties do petróleo: aplicação e impacto no desenvolvimento econômico dos municípios da Bacia de Campos**. 6p, 15/09/2004. Disponível em <http://www.corecon-rj.org.br/artigos_det.asp?id_artigos=8>. Acesso em 22 de junho de 2005.

CRESPO, Nelson. E Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 3, p.239-256.

CRUZ, José Luiz Vianna da. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Edit., 2004, p. 77-116.

_____. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional, 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/291/boltec291c.htm>>. Acesso em 29 de junho de 2005.

ERVATTI, Leila Regina. **Dinâmica migratória no estado do Rio de Janeiro na década de 90: uma análise mesorregional**. 2^o semestre 2003, 154p. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social). IBGE/ENCE, Rio de Janeiro.

FARIAS, Patrícia. Nacionalismo e participação popular na campanha "O petróleo é nosso". In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 13-37.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

KAGEYAMA, Ângela (Org.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindústrias. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-223.

LEAL, José Agostinho; SERRA, Rodrigo. Uma investigação sobre os critérios de repartição dos *royalties* petrolíferos. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 2, p.163-184.

LIMA, Paulo César Ribeiro. **A viabilidade de uma nova refinaria no Brasil, especialmente no Norte Fluminense**. Câmara do Deputados, Consultoria Legislativa. Brasília, novembro 2003. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/diretoria/conleg/Estudos/2003_7459.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2005.

LOPES, Cláudio. Nova Refinaria. **Jornal do Comercio**, 20/01/2003. Disponível em <http://www.arefinariaenossa.com.br/noticias_interno_17.htm>. Acesso em 07 de julho de 2005.

MARAFON, Gláucio José; BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. O papel do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro nas transformações sócio-espaciais do Norte Fluminense. IN: MARAFON, Gláucio Jose; RIBEIRO, Marta Foepfel (Org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 71-86.

MONIÉ, Frederic. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In:PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 3, p.257-285.

NASCIMENTO, Renata Leite Pinto do. **O impacto da Petrobras no município de Macaé: uma análise da mudança urbana e na estrutura do emprego**. 1^o semestre 1999, 109p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ/Ippur, Rio de Janeiro.

NAVARRO, Carlos Alberto Scherer. **Royalties do petróleo, estudo do caso de Campos dos Goytacazes**. 1^o semestre 2003, 85p. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial). UCAM, Rio de Janeiro.

PENALVA SANTOS, Ângela Moulin S. São as cidades médias pólos regionais no interior fluminense?. In: SEMINÁRIO FORUM RIO 2000. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

_____. O desempenho recente da economia fluminense: reversão da estagnação? **Revista (Syn)Thesis**. Rio de Janeiro: UERJ/CCS, v.5,n.2,2000.

_____. Cidades médias como instrumento da descentralização espacial: o caso do Estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL da ANPUR, 9. **Anais**,Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

_____. Reestruturação espacial e dinâmica econômica. **Revista (Syn) Thesis**. Rio de Janeiro: UERJ/CCS, v.3, n.1, 1998.

PESSANHA, Roberto Moraes. Favelas e comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004, p. 307-332.

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 3, p. 219-237.

RIFKIN, Jeremy. A era dos combustíveis fósseis. In: **A economia do Hidrogênio**. São Paulo: M.BooksI, 2003, p. 64-91.

SERRA, Rodrigo; PATRÃO, Carla. Improriedades dos critérios de distribuição dos royalties no Brasil. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, parte 2, p. 185-216.

_____. Uma agenda para os municípios "novos ricos" beneficiários dos royalties do petróleo. Disponível em <<http://www.energiahoje.com.br/artigos.asp>>. Acesso em 05 de julho de 2004.

ROSENDO, R.C. et al. Exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos: impactos na geração de empregos no município de Macaé – RJ. In: Trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro em Petróleo e Gás. 2003.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. Refinarias e dutos. In: **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 72-73.

SOUZA, Farley Santos Pereira de. Os impactos da atividade petrolífera nas dinâmicas territoriais da Bacia de Campos – RJ. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFOS. Goiânia, 2004. Disponível em <http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo2/E2_125.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2004.

TERRA, Denise Cunha Tavares. Economia petrolífera na Bacia de Campos e reestruturação do espaço regional: uma ótica sob a divisão regional do trabalho. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO. Rio de Janeiro, 2004, 31p.

UNICAMP. Dono das maiores reservas brasileiras de petróleo, o Rio de Janeiro renasce e cria oportunidades para grandes e pequenos negócios. In: Artigo exame 3. 31/01/2001. Disponível em <<http://www.dep.fem.unicamp.br/boletim/BE08>>. Acesso em 05 de julho de 2005.

UTE NORTE FLUMINENSE CONCLUI PROJETO E PASSA A GERAR 780 MW FIRMES. Disponível em <<http://www.utenortefluminense.com.br/noticias.htm>>. Acesso em 07 de julho de 2005.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico Guilherme. Os grandes projetos de investimentos e seus efeitos do ponto de vista regional. In: **Grandes projetos**

hidrelétricos. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992, p. 33-39.

ZELADA, Jorge Luiz. Petrobrás: Dimensão da demanda gerada pela exploração e transporte de petróleo. Outubro 2003. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/naval_3.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2005.

Anexos

Anexo 1

Tabela 3.3 - Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, segundo Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e distrito de Macaé – 1991

Unidade da Federação, Mesorregião, Municípios e Distrito	Domicílios Particulares Permanentes						
	Total	Forma de abastecimento de água					
		Rede geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra	
		Total	%	Total	%	Total	%
Rio de Janeiro.....	3.454.962	2.882.213	83,42	470.974	13,63	101.775	2,95
Mesorregião							
Norte Fluminense.....	152.745	97.830	64,05	49.976	32,72	4.939	3,23
Municípios							
Campos dos Goytacazes..	95.749	62.789	65,58	30.030	31,36	2.930	3,06
Macaé.....	26.126	21.751	83,25	3.685	14,10	690	2,64
Distrito.....							
Macaé (Distrito Sede).....	15.213	14.263	93,76	594	3,90	356	2,34

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991

Anexo 2

Tabela 3.4 - Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, segundo Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e distrito de Macaé – 2000

Unidade da Federação, Mesorregião, Municípios e Distrito	Domicílios particulares permanentes						
	Total	Forma de abastecimento de água					
		Rede geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra	
		Total	%	Total	%	Total	%
Rio de Janeiro	4.253.763	3.540.177	83,22	587.900	13,82	125.686	2,95
Mesorregião							
Norte Fluminense	196.117	133.314	67,98	59.124	30,15	3.679	1,88
Municípios							
Campos dos Goytacazes	112.037	75.882	67,73	34.563	30,85	1.592	1,42
Macaé	38.007	33.976	89,39	3.163	8,32	868	2,28
Distrito							
Macaé (Distrito sede)	35.490	32.751	92,28	1.958	5,52	781	2,20

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Anexo 3

Tabela 3.5 – Domicílios particulares permanentes por destino do lixo, segundo Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e distrito de Macaé – 1991

Unidade da Federação, Mesorregião, Municípios e Distrito	Domicílios particulares permanentes															
	Total dos Domicílios	Destino do Lixo														
		Coletado					Queimado		Enterrado		Jogado em				Outro	
		Total	Diretamente		Indiretamente						Terreno Baldio		Rio, Lago ou Mar			
Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Rio de Janeiro	3.454.962	2.667.435	2.460.631	71,22	206.804	5,99	435.511	12,61	16.566	0,48	265.609	7,69	48.275	1,40	21.566	0,62
Mesorregião																
Norte Fluminense	152.745	97.024	95.122	62,28	1.902	1,25	35.409	23,18	1.847	1,21	13.234	8,66	3.286	2,15	1.945	1,27
Municípios																
Campos dos Goytacazes	95.749	63.502	62.590	65,37	912	0,95	21.211	22,15	733	0,77	7.326	7,65	1.947	2,03	1.030	1,08
Macaé	26.126	20.553	20.053	76,75	500	1,91	2.790	10,68	176	0,67	1.680	6,43	874	3,35	53	0,20
Distrito																
Macaé (distrito sede)	15.213	13.377	13.108	86,16	269	1,77	880	5,78	27	0,18	377	2,48	535	3,52	17	0,11

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991.

Anexo 4

Tabela 3.6 - Domicílios Particulares Permanentes, por Destino do Lixo, segundo Unidade da Federação, Mesorregião, Municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e distrito de Macaé – 2000

Unidade da Federação, Mesorregião, Municípios e Distrito	Domicílios particulares permanentes																
	Total dos Domicílios	Destino do lixo															
		Coletado						Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em				Outro destino	
		Total	Diretamente		Indiretamente		Terreno Baldio					Rio, Lago ou Mar					
Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Rio de Janeiro	4.253.763	3.948.384	3.591.508	84,43	356.876	8,39	217.068	5,10	6.036	0,14	64.024	1,51	10.853	0,26	7.398	0,17	
Mesorregião																	
Norte Fluminense	196.117	163.316	159.289	81,22	4.027	2,05	27.375	13,96	1.007	0,51	3.407	1,74	556	0,28	456	0,23	
Municípios																	
Campos dos Goytacazes	112.037	97.681	96.450	86,09	1.231	1,10	11.921	10,64	326	0,29	1.604	1,43	326	0,29	179	0,16	
Macaé	38.007	35.589	34.904	91,84	685	1,80	2.051	5,40	111	0,29	114	0,30	103	0,27	39	0,10	
Distrito																	
Macaé (distrito sede)	35.490	34.050	33.455	94,27	595	1,68	1.209	3,41	41	0,12	60	0,17	98	0,28	32	0,09	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

Anexo 5

Tabela 3.7 – Domicílios particulares permanentes por uso e escoadouro da instalação sanitária, segundo a Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e distrito de Macaé – 1991

Unidade da Federação, , Municípios e Distrito	Total dos Domicílios	Uso e Escoadouro de Instalação Sanitária														Não tem instalação sanitária	
		Mesorregião Só do domicílio															
		Total	Rede Geral		Fossa Séptica		Fossa rudimentar		Vala		Outro		Não sabe				
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº		
Rio de Janeiro	3.454.962	3.169.148	1.512.425	43,78	882.613	21,55	200.353	5,80	329.347	9,53	238.087	6,89	6.323	0,18	285.814	8,27	
Mesorregião																	
Norte Fluminense	152.745	133.227	49.724	32,55	21.640	14,17	49.515	32,42	3.838	2,51	8.299	5,43	211	0,14	19.518	12,78	
Municípios																	
Campos dos Goytacazes	95.749	84.147	25.839	26,99	15.480	16,17	35.799	37,39	1.544	1,61	5.383	5,62	102	0,11	11.602	12,12	
Macaé	26.126	23.923	16.478	63,07	2.320	8,88	2.697	10,32	973	3,72	1.433	5,48	22	0,08	2.203	8,43	
Distrito																	
Macaé	15.213	14.193	10.659	70,07	1.555	10,22	1.085	7,13	432	2,84	450	2,96	12	0,08	1.020	6,70	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

Anexo 6

Tabela 3.8 – Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário, segundo a Unidade da Federação, mesorregião, municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, e distrito de Macaé – 2000

Unidade da Federação, Mesorregião, Municípios e Distrito	Domicílios particulares permanentes															
	Total dos Domicílios	Tinham banheiro ou sanitário													Não tinham banheiro nem sanitário	
		Total	Tipo de esgotamento sanitário													
			Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rio de Janeiro	4.253.763	4.215.432	2.659.082	62,51	920.540	21,64	209.221	4,92	262.080	6,16	139.953	3,29	24.556	0,58	38.331	0,90
Mesorregião																
Norte Fluminense	196.117	190.867	78.256	39,90	42.131	21,48	54.764	27,92	8.113	4,14	6.692	3,41	911	0,46	5.250	2,68
Municípios																
Campos dos Goytacazes	112.037	109.260	38.812	34,64	30.306	27,05	33.812	30,18	3.170	2,83	2.815	2,51	345	0,31	2.777	2,48
Macaé	38.007	37.666	25.304	66,58	5.858	15,41	3.672	9,66	910	2,39	1.839	4,84	83	0,22	341	0,90
Distrito																
Macaé (distrito sede)	35.490	35.200	25.131	70,81	5.007	14,11	2.876	8,10	608	1,71	1.503	4,23	75	0,21	290	0,82

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000..

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)